

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL — PR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* — MESTRADO EM  
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

**DEISE INGRID SCHNEIDERS**

**POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS  
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO NO  
EXTREMO OESTE CATARINENSE**

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2024**

**DEISE INGRID SCHNEIDERS**

**POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS  
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO NO  
EXTREMO OESTE CATARINENSE**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Siomara Aparecida Marques

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2024**

### **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Schneiders, Deise Ingrid  
POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO DE MULHERES  
CAMPONESAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO  
DE CASO NO EXTREMO OESTE CATARINENSE / Deise Ingrid  
Schneiders. -- 2024.  
103 f.:il.

Orientadora: Doutora Siomara Aparecida Marques

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em  
Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável,  
Laranjeiras do Sul, PR, 2024.

1. Feminismo Camponês Popular;. I. Marques, Siomara  
Aparecida, orient. II. Universidade Federal da Fronteira  
Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DEISE INGRID SCHNEIDERS

**POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS  
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO NO  
EXTREMO OESTE CATARINENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável  
da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como  
requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em  
Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 06/05/2024.

BANCA EXAMINADORA

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Siomara Aparecida Marques – UFFS  
Presidente/Orientadora

  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Catiane Cinelli – UFMA  
1º membro

  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Liria Angela Andrioli – UFFS  
2º membro

*“Em virtude da realização de banca on-line, este documento foi assinado pela Presidente  
como representante dos membros que participaram virtualmente”.*

Dedico este trabalho a todas as mulheres que constroem um mundo melhor por meio do cuidado com as pessoas e a natureza.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Prof<sup>a</sup>. Dra. Siomara Aparecida Marques, minha orientadora, a compreensão nos momentos de sobrecarga e o suporte nesta pesquisa. Só nós sabemos quantas vezes nos reunimos em momentos em que ambas estavam exaustas com muitos trabalhos, demandas e responsabilidades.

Sou grata também ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR) por ter proporcionado tanto conhecimento, desde as disciplinas à própria estrutura e história da Universidade, sinto orgulho de ter feito parte da UFFS. Aos professores, que disponibilizaram as melhores disciplinas e conteúdos possíveis e, assim, contribuíram para minha evolução como profissional, agricultora agroecológica e pessoa.

Agradeço também à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) o apoio prestado a mim por meio das bolsas de pesquisa.

Gratidão à minha família o apoio de sempre, a compreensão nos momentos de ausência e o suporte. Foram diversos os momentos desafiadores que teriam sido muito mais difíceis sem o auxílio de vocês. Por fim, agradeço a todas as pessoas que compartilharam e ainda compartilham o caminho e a terra que sempre me acolhe e energiza.

## RESUMO

Diante do estado de emergência climática vivenciado na atualidade, é necessário um olhar cuidadoso e holístico sobre o Planeta para a construção de um novo formato de desenvolvimento da humanidade pois, ano após ano, a destruição do ecossistema está maior do que a capacidade de regeneração da Terra. Para agregar neste cenário, a presente pesquisa busca compreender como as práticas e políticas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) podem contribuir com o desenvolvimento sustentável de uma região e realizar uma descrição do desenvolvimento sustentável, observando perspectivas e críticas. Os conceitos presentes nesse Movimento são o Feminismo Camponês e Popular, a agroecologia e o bem-viver. Nesta pesquisa, é desenvolvido um estudo de caso na região do Extremo Oeste catarinense sobre as práticas do MMC e dos municípios, em que são identificadas as possíveis contribuições para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), e para o desenvolvimento sustentável da região na perspectiva do próprio Movimento. Esta é uma pesquisa qualitativa, realizada a partir de revisão bibliográfica, entrevistas e análise documental. Os resultados mostram a existência de uma caminhada para um desenvolvimento em harmonia com o meio ambiente com várias temáticas importantes sendo tratadas, porém é necessário que estas sejam ampliadas e valorizadas.

Palavras-chave: Feminismo Camponês Popular; transformação social; agroecologia.

## **ABSTRACT**

Facing the state of climate emergency we live in nowadays, there is a need for a careful and holistic eye towards our planet, for the construction of a new format of development for humanity, given that year after year, we are destroying the ecosystems more than what the Earth is capable of regenerating. In such a scenario, the present research consists in a quest to comprehend how the practices and policies of the Peasant Women's Movement are able to contribute in the sustainable development of a region, as well as accomplish a description of the sustainable development, observing different perspectives and criticisms. Introducing here concepts present in this movement, such as peasant and popular feminism, agroecology and Good Living. This research develops a case study in the region of the far West of the state of Santa Catarina, regarding the practices of the Peasant Women's Movement and of the municipalities, identifying possible contributions to the Objectives on Sustainable Development proposed by the United Nations and to the sustainable development of the region in the perspective of the same Movement. The present research is qualitative, done through a bibliographic revision, interviews with members of the Movement and document analysis. The results show that there is a path to such development in harmony with the environment, with various relevant tematics being brought up, nevertheless necessitating amplification and value.

**Keywords:** Popular Peasant Feminism; social transformation; agroecology.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 — Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	27
Figura 1 — Mapa da região de abrangência do Extremo Oeste de Santa Catarina	36
Fotografia 2 — Estudantes que desenvolveram o Projeto “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ONU”, em Iporã do Oeste	40
Fotografia 3 — Rolo-faca em utilização no campo	43
Quadro 1 — Esquema do feminismo e do Feminismo Camponês	49
Gráfico 1— Idade e tempo de participação das entrevistadas no Movimento de Mulheres Camponesas	53
Fotografia 4 — Letra da música composta por Jaci para um encontro em Descanso/SC	65

## LISTA DE SIGLAS

Ameosc	Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina
Capes	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Casan	Companhia Catarinense de Abastecimento de Água
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNC	Conferência Nacional de Cultura
Comac-SC	Congresso de Municípios, Associações e Consórcios de Santa Catarina
Conae	Conferência Nacional de Educação
Epagri	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
Fecam	Federação Catarinense de Municípios, Associações e
FSM	Fórum Social Mundial
GAM	Grupo de Animação da Microbacia
GEE	Gases de efeito estufa
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IGR	Instância de Governança Regional
IMA	Instituto do Meio Ambiente
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
LGBTQIAPN+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, queer, intersexo, assexuais, pansexuais, não binários e mais.
MMA	Movimento das Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMC-SC	Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
Pancs	Plantas alimentícias não convencionais
PEV	Ponto de Entrega Voluntário
PIB	Produto Interno Bruto
Pics	Práticas Integrativas Complementares

PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PPGADR	Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável
Remma	Reconhecimento pelo Engajamento na Mitigação de Mudanças Climáticas através da Alimentação
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SPDH	Sistema de Plantio Direto de Hortaliças
SUS	Sistema Único de Saúde
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unoesc	Universidade do Oeste de Santa Catarina

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 HIPÓTESE E OBJETIVOS.....	16
1.1.1 Objetivo geral.....	16
1.1.2 Objetivos específicos.....	16
1.2 METODOLOGIA.....	16
<b>2 CONSTRUÇÕES PARA FUTUROS POSSÍVEIS.....</b>	<b>23</b>
2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	25
2.2 AGENDA 2030 DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.....	27
2.3 DECOLONIALIDADE E CONSTRUÇÕES A PARTIR DA AMÉRICA LATINA.....	30
2.4 FEMINISMOS.....	34
2.5 AGROECOLOGIA.....	37
3 DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO OESTE CATARINENSE.....	40
3.1 PROGRAMAS E PROJETOS ESTADUAIS E REGIONAIS.....	41
3.2 CONTRIBUIÇÕES MUNICIPAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL..	43
3.3 MOVIMENTOS SOCIAIS.....	51
4 A PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS.....	57
4.1. PERFIL DAS ENTREVISTADAS.....	57
4.1.1 Idade, escolaridade e família.....	59
4.1.2 Trajetórias e vivências no Movimento de Mulheres Camponesas.....	60
4.2 AS RELAÇÕES FAMILIARES E SOCIAIS DAS CAMPONESAS.....	61
4.2.1 O impacto da família na militância.....	62
4.2.2 Processo de identificação e superação das opressões.....	64
4.2.3 Potencialização dos processos formativos do Movimento de Mulheres Camponesas por meio da família.....	66
4.2.4 A participação social como complementação da militância camponesa.....	66
4.3 PRÁXIS DA MULHER CAMPONESA.....	69
4.3.1 Transformação das relações a partir do Feminismo Camponês e Popular.....	69
4.3.2 Produção de alimentos saudáveis e sementes crioulas.....	71
4.4 ALIMENTAÇÃO E PLANTAS MEDICINAIS COMO ESTRATÉGIA DE CUIDADO COM A TERRA E COM A SAÚDE.....	71
4.5 PERSPECTIVAS E UTOPIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	72
5. UM AMANHÃ AGROECOLÓGICO E FEMINISTA.....	74
5.1 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO EXTREMO OESTE CATARINENSE.....	75
5.1.1 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.....	75
5.1.2 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.....	76
5.1.3 Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.....	77
5.1.4 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.....	78

5.1.5 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas...	79
5.1.6 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.....	80
5.1.7 Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.....	81
5.1.8 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.....	81
5.1.9 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.....	83
5.1.10 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.....	83
5.1.11 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.....	84
5.1.12 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.....	84
5.1.13 Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.	85
5.1.14 Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.....	86
5.1.15 Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.....	86
5.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA ALÉM DOS ODS.....	87
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
Apêndice A — Roteiro de perguntas para militantes e integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas.....	97

## 1 INTRODUÇÃO

O Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), lançado em 2021 e em 2022, evidenciou, por meio de pesquisas, que a forma com a qual a humanidade convencionou a sua relação com o restante do ecossistema contribui para as mudanças climáticas que colocam em risco fauna, flora e sociedade, além de afetarem, de forma mais intensa, populações já vulneráveis socialmente. O relatório apresenta indicadores que apontam para uma insuficiência das ações em nível global na atenuação dos efeitos das mudanças climáticas, como a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), por exemplo. Apesar disso, esse formato de relação, intrínseco ao sistema econômico e político dominante, continua sendo parte estruturante do desenvolvimento das nações, que priorizam o crescimento econômico. Mediante documentos como o relatório do IPCC, nota-se a urgência e, ao mesmo tempo, o grande desafio de conhecer e transformar o desenvolvimento que vem sendo promovido para, por meio de uma nova relação do ser humano com a natureza<sup>1</sup>, construir um sistema que garanta a qualidade de vida para as atuais e futuras gerações e que gere regeneração e conservação da biodiversidade do Planeta.

Conforme Fernandes (2020 p. 26), “interpretar é importante, mas o conhecimento deve servir a algo, e esse algo vai moldar como se produz esse conhecimento.” Dessa forma, esta pesquisa foi motivada pelo interesse de entender a forma como ocorre o desenvolvimento sustentável na região do Extremo Oeste de Santa Catarina, mas também, de alguma forma, servir de ferramenta de transformação em favor das pessoas e da natureza. Apesar de ações individuais constituírem um papel necessário para um desenvolvimento sustentável ou para uma alternativa ao desenvolvimento, é no âmbito coletivo que existe maior potencial para transformação de estruturas. É necessário que cada indivíduo se coloque como responsável pelos resíduos sólidos que seu estilo de vida gera, tenha uma postura sem preconceitos e busque se opor às opressões, mas essas ações precisam ocorrer somadas a uma articulação em nível coletivo para que a conscientização seja despertada em mais pessoas e a mudança em nível de comunidade seja possível. Este foi um dos aspectos motivadores para que a pesquisadora optasse

---

<sup>1</sup> Neste documento, entende-se por natureza os elementos bióticos e abióticos que compõem o Planeta e que não dependem do ser humano para existirem.

pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) como objeto de análise de práticas e políticas de desenvolvimento sustentável na região Extremo Oeste catarinense.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ou também chamados de Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), propõem um plano de ação para as nações na direção de um desenvolvimento sustentável. “Os Objetivos e metas são o resultado de mais de dois anos de consulta pública intensiva e envolvimento junto à sociedade civil e outras partes interessadas em todo o mundo, prestando uma atenção especial às vozes dos mais pobres e mais vulneráveis” (Organização das Nações Unidas, 2015, p. 4). Os ODS são conhecidos e reconhecidos em diversos espaços como escolas, prefeituras, empresas e entidades, e por ter essa difusão social também serão utilizados neste trabalho como uma perspectiva de desenvolvimento, em que será feita a análise dos 17 objetivos e suas 169 metas e selecionados os que forem pertinentes ao propósito desta pesquisa.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), antecessores dos ODS, foram criados a partir de um somatório de esforços em nível global e instituídos pela ONU para nortear o desenvolvimento dos países por meio dos elementos julgados mais importantes em cada momento (Confederação Nacional de Municípios, 2017). A mudança dos ODM para os ODS evidencia uma preocupação global com a necessidade de maior cuidado com o meio ambiente, o que pode ser observado pela presença de apenas um objetivo<sup>2</sup> diretamente relacionado com o meio ambiente nos ODM evoluindo para quatro<sup>3</sup> objetivos nos ODS. Outro elemento que corrobora para essa afirmação é a própria nomenclatura que envolve o termo “sustentável”.

Entretanto, para que sejam os ODS atingidos, é necessário que se articulem ações em nível local, em que as necessidades e possibilidades são muito distintas ao se considerar um país diverso e com dimensões territoriais como o Brasil (Confederação Nacional de Municípios, 2017; Oliveira; Deretti; Dullius, 2017). Nesse sentido, a agroecologia, que também traz o debate sobre sustentabilidade e busca

---

<sup>2</sup> “Garantir a sustentabilidade ambiental” nos ODM.

<sup>3</sup> “Vida terrestre”, “Vida na água”, “Água potável e saneamento” e “Ação contra a mudança global do clima” nos ODS.

formas de desenvolvê-la localmente, valorizando saberes tradicionais e científicos (Guzmán, 2002), pode contribuir para o alcance dos ODS.

Conforme Guzmán (2002, p.18), “o aporte fundamental da Agroecologia tem uma natureza social, uma vez que se apoia na ação social coletiva de determinados setores da sociedade civil vinculados ao manejo dos recursos naturais” e, dessa forma, os movimentos sociais camponeses contribuem e têm feito parte da concepção do paradigma agroecológico e da promoção de um desenvolvimento com mais respeito ao meio ambiente. Os movimentos, como forma de organização da sociedade civil por meio da base, têm um potencial de transformação e uma abrangência de atuação junto à sociedade muito positivos na perspectiva de construção coletiva de futuros.

A agroecologia é a base das camponesas, como apresentam Santos, Marques e Leandrini (2023) “para o Movimento de Mulheres Camponesas a agroecologia é um “modo de vida”, projeto de sociedade que propõem o desenvolvimento agrícola sustentável, aliado com a construção de novas relações sociais de gênero entre homens e mulheres”. Assim, o MMC de Santa Catarina (MMC-SC), em especial nas regionais de São Miguel do Oeste e de São José do Cedro, que têm uma história de lutas e organização grandiosa, será a principal organização analisada nesta pesquisa.

Esta investigação buscará apontar caminhos para a transformação social e para o desenvolvimento sustentável na região do Extremo Oeste de Santa Catarina, composta por 19 municípios. Por isso, além das contribuições do MMC, serão pesquisadas e consideradas as contribuições das prefeituras municipais e da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (Ameosc)<sup>4</sup>.

Desse modo, o propósito deste trabalho foi responder às seguintes questões de pesquisa: como um movimento social pode contribuir para o desenvolvimento sustentável em uma região? Em específico, neste caso, como o MMC contribui para o desenvolvimento sustentável no Extremo Oeste catarinense?

É importante salientar que esta pesquisa também é movida pelo envolvimento da pesquisadora com o Movimento, do qual é militante e participante em diversos momentos como seminários e formações, além de se considerar uma

---

<sup>4</sup> Conforme a Constituição do Estado de Santa Catarina “§ 3º Os Municípios poderão criar associações, consórcios e entidades intermunicipais para a realização de ações, obras e serviços de interesse comum.” (Santa Catarina, 2022). A Ameosc é uma dessas associações que atua em prol dos interesses dos municípios da região do Extremo Oeste catarinense.

camponesa e guardiã de sementes crioulas. No espaço do Movimento, a pesquisadora participou da elaboração de atividades no encontro dos 40 anos da organização em Chapecó/SC, que envolveu a temática da agrofloresta. Por diversas vezes, tentou reorganizar o movimento municipal em Iporã do Oeste/SC, mas infelizmente não obteve sucesso. Tal qual muitas das entrevistadas, considera que os saberes partilhados dentro do MMC são de grandíssima relevância para todas as esferas da própria vida e tenta, ao máximo, replicar e multiplicar esses saberes transformadores.

Também nesse período, a realizadora desta pesquisa iniciou uma experiência de trabalho que envolveu lecionar em uma escola do campo. Nesta instituição, ela foi professora da disciplina de práticas agrícolas, em que auxiliou e orientou os alunos nos cuidados com horta escolar, trilha ecológica, produção de mudas de hortaliças, de plantas medicinais e frutíferas, apresentando abordagens agroecológicas sobre práticas muitas vezes já conhecidas pelos estudantes que vivem no campo. Nessa mesma experiência, ela participou do desenvolvimento de um programa de educação ambiental na rede municipal de educação e foi responsável por dar aulas e propor ações em todas as escolas do município de Iporã do Oeste. Nessa oportunidade, a pesquisadora pode levar seus conhecimentos e práticas da agroecologia e do desenvolvimento (rural) sustentável para o ensino formal, da Educação Infantil até os anos finais. Foi possível abordar muitos temas nesse processo, desde alimentação saudável, ciclos dos alimentos, reciclagem e reaproveitamento, problemas ambientais e soluções por meio da inovação, o que foi desenvolvido por meio de hortas escolares, jardim sensorial, projetos de extensão escolar, visitas técnicas, atividades em gincanas escolares, exposições abertas ao público escolar e às famílias, entre tantas outras metodologias.

Considerando que esta é uma pesquisa realizada em um programa de pós-graduação interdisciplinar, importante salientar que esta pesquisadora tem uma formação anterior na Engenharia Ambiental e cursos na área de Meliponicultura, Permacultura, vivências de agrofloresta e desenvolveu projetos socioambientais na área de resíduos sólidos e com abelhas sem ferrão.

Na sequência, será apresentada a hipótese desta pesquisa, bem como os objetivos gerais e específicos que, ao fim, serão retomados e analisados conforme os resultados encontrados durante a realização deste estudo.

## 1.1 HIPÓTESE E OBJETIVOS

O MMC do Oeste Catarinense, por intermédio de seus projetos e práticas baseados no cumprimento da Agenda 2030, contribui para o desenvolvimento sustentável da região.

### 1.1.1 Objetivo geral

Analisar como as práticas e políticas do MMC no Extremo Oeste de Santa Catarina contribuem para o desenvolvimento sustentável da região.

### 1.1.2 Objetivos específicos

- I. Identificar, na região Extremo Oeste catarinense, contribuições dos municípios participantes da Ameosc para a transformação social e ambiental com base no desenvolvimento sustentável e na sustentabilidade.
- II. Identificar quais são as perspectivas de desenvolvimento presente no MMC e na vivência das mulheres camponesas do Extremo Oeste de Santa Catarina.
- III. Relacionar os objetivos e metas da Agenda 2030 com o desenvolvimento na região Oeste de Santa Catarina, analisando o MMC, os municípios e a Ameosc.

## 1.2 METODOLOGIA

Esta pesquisa buscou identificar a contribuição das iniciativas do MMC nos municípios que compõem o Extremo Oeste catarinense e dos próprios governos municipais da região para um desenvolvimento mais sustentável e relacioná-las com um plano de ação global, a Agenda 2030. Pelas leituras e debates realizados no primeiro semestre do Programa de Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, pelas experiências em projetos socioambientais e pela vivência na agricultura e na educação ambiental e do campo, observa-se a importância de se

fazer uma pesquisa que considere as perspectivas de desenvolvimento, relacionando com questões de gênero, com a agroecologia, com os ODS e com as ações de movimentos sociais.

Portanto, será realizado um estudo de caso, pois conforme Yin (1994, p.12), essa estratégia

[...] permite uma investigação para reter as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real — tais como os ciclos de vida individuais, processos organizacionais e de gerência, mudança de vizinhança, relações internacionais, e a maturação de indústrias.

Como um estudo de caso, segundo Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa utiliza o “método monográfico”, em que uma pesquisa aprofundada sobre um determinado caso específico pode gerar generalizações para outros casos que, neste trabalho, seria verificar a contribuição do MMC ou de movimentos sociais para o desenvolvimento sustentável em outras regiões. O método monográfico busca analisar o tema escolhido de forma abrangente, considerando todas as variáveis possíveis que geram interferência na temática.

A primeira etapa do trabalho foi a revisão sobre o tema, que pode ser também caracterizada como a etapa de estudos preliminares, em que são levantados dados e considerações encontradas em estudos semelhantes e que podem embasar conceitos e auxiliar na delimitação e na direção em que os esforços devem ser focados, com a finalidade que contribuam para o cenário geral da pesquisa no tema (Lakatos; Marconi, 2003). A revisão desenvolvida representou a busca sobre o desenvolvimento sustentável, suas críticas e teorias e sobre o MMC estudado por autoras, inclusive do mesmo Programa de Pós-Graduação desta pesquisadora, como Geneci Ribeiro dos Santos (2021) e Renata Rocha Gadelha (2017).

Santos (2021) realizou um estudo de caso de unidades de produção de companheiras do MMC/SC que passam ou passaram pelo processo de transição agroecológica, evidenciando a importância das mulheres e do Movimento para agroecologia, as trajetórias de construção, os sucessos alcançados e apontando para os desafios enfrentados por elas. Gadelha (2017) realizou outro estudo de caso envolvendo o MMC, mas, desta vez, o Movimento no Estado do Paraná. A pesquisa buscou responder qual foi a transformação gerada na vida das mulheres após

iniciarem sua participação no MMC, e abrangeu aspectos de gênero e de produção agropecuária. A leitura desses trabalhos já aponta para uma contribuição significativa dessas mulheres a um desenvolvimento sustentável e construção de uma sociedade de bem-viver.

Essa etapa auxiliou na definição das perguntas realizadas nas entrevistas com as participantes do MMC. As perguntas são relativas à identificação da participante, histórico e transformações de vida a partir da participação no Movimento, práticas agroecológicas, de cuidado com o meio ambiente e com a saúde e visão de desenvolvimento sustentável.

Para a realização das entrevistas, que representam a segunda etapa, foi realizado um primeiro contato com as dirigentes regionais para indicação de participantes do Movimento que poderiam contribuir. Em especial, as residentes no mesmo município desta pesquisadora foram escolhidas por já existir um contato anterior à pesquisa. Em sequência, foram definidas as participantes conforme sua disponibilidade e interesse, e realizadas as entrevistas de forma presencial, com visitas, em geral, à residência das integrantes. Optou-se por priorizar essa forma de contato por ela permitir uma maior percepção das respostas por intermédio das expressões faciais e corporais. A visita ao ambiente em que a entrevistada desenvolve seu quintal produtivo e tem vivência diária, cria uma conexão maior desta com a pesquisadora e a pesquisa.

Ao total, foram entrevistadas oito mulheres militantes do MMC das cidades de Iporã do Oeste, Itapiranga, Tunápolis e Anchieta, todas pertencentes à região do Extremo Oeste catarinense. A seguir, será apresentada uma breve descrição de cada uma das entrevistadas para auxiliar na compreensão e, desde já, agradecer a contribuição de todas que possibilitaram a realização deste estudo.

Adélia Maria Schmitz<sup>5</sup>, tem 76 anos de idade, é casada, tem filhos e é uma grande liderança do MMC em nível nacional há muitos anos, no entanto, hoje, diminuiu sua participação para priorizar a família. Tem muitas experiências significativas que contam a história do MMC. Sua participação na representação do Movimento foi muito intensa em conselhos e espaços de debate da sociedade, no Estado de Santa Catarina, no País e até em outros países. É uma pessoa muito

---

<sup>5</sup> Nesta pesquisa, as participantes entrevistadas autorizaram a publicação de seus nomes, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o CEP/UFFS (vide Apêndice B).

atuante na sua comunidade e que tem falas inspiradoras a partir da sua percepção de mundo.

Diane Royer, 38 anos de idade, é casada e tem uma filha. Profissionalmente atua com a cooperativa de agricultura familiar de seu município e, por meio deste trabalho, conseguiu se revincular ao Movimento, após ter passado por momentos em que sentiu dificuldades em se sentir pertencente ao coletivo na sua juventude. Tem uma base familiar fortemente vinculada à agroecologia e ao MMC, principalmente nas figuras de sua mãe e avó.

Jaci Cecília Marx, 70 anos de idade, é casada, tem filhos e foi líder em sua comunidade e município. Sua participação no Movimento é destacada pelas canções compostas por ela com temáticas relacionadas ao dia a dia da mulher camponesa, ao estilo de vida e aos cuidados com o meio ambiente. Tem uma trajetória de vida marcada por momentos difíceis, como a perda de seu filho ainda jovem, momento em que o MMC prestou apoio essencial.

Luana Rockenbach, 32 anos de idade, é da comunidade de pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais e travestis, *queer*, intersexo, assexuais, pansexuais, não binários e mais (LGBTQIAPN+), vive em união estável, não tem filhos e é uma liderança do Movimento, principalmente da juventude, e é uma figura lembrada no meio agroecológico principalmente por sua atuação como guardiã de sementes crioulas. Sua história de vida evidencia como as experiências no MMC podem interferir nas relações familiares e, principalmente, como o Feminismo Camponês e Popular é importante para a transformação social.

Neli Immig Wilbert, 57 anos de idade, é casada, tem filhos e atua, principalmente, em seu município e comunidade. Vive a agroecologia nas práticas na unidade de produção da família e, em alguns momentos, auxiliou na construção de um coletivo de agroecologia municipal, deixando muito presente um estilo de vida mais voltado ao coletivo e campesino.

Noeli Welter Taborda, 43 anos de idade, é casada, não tem filhos e é uma liderança nacional do MMC que, desde o início de sua participação, é demandada para tarefas de grande relevância. Sua trajetória é muito importante para o MMC na região e, logo, em nível nacional também, e mostra um pouco da forma de organização do próprio Movimento. Além de ser uma militante e fazer parte da

direção, é também uma pesquisadora referência para esta pesquisa, em especial na temática do Feminismo Camponês e Popular.

Veleda Rauber, 66 anos de idade, é casada, tem filhos e atuou principalmente em nível municipal na participação de alguns encontros municipais e estaduais. Tem uma vivência na agricultura que exemplifica vários conceitos da agroecologia, demonstrando como os saberes do Movimento podem contribuir para a família, principalmente nos casos em que as ideias são bem recebidas.

Verene Inês Ceolin, 70 anos de idade, é casada, tem filhos e foi uma liderança no Movimento municipal em Iporã do Oeste, uma referência regional por seus conhecimentos sobre os fitoterápicos, não apenas pelos saberes obtidos no MMC, mas também pela contribuição ao Movimento.

Considerando que seriam realizadas entrevistas com as militantes, o projeto foi apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFFS e o desenvolvimento das entrevistas foi aprovado.

A terceira etapa consiste na coleta de dados documentais em arquivos do Movimento, arquivos públicos, redes sociais ou materiais jornalísticos, documentos que têm caráter complementar às informações encontradas em etapas anteriores. Esse processo de análise documental também foi realizado nos *sites* oficiais dos municípios que serão estudados neste trabalho, por meio de pesquisa com as palavras-chave “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade”.

Por fim, foi realizada uma análise qualitativa dos dados com uma descrição sobre os resultados encontrados em comparação com os dados da literatura e pesquisas anteriormente desenvolvidas. A apresentação desta análise será descritiva.

A área de estudo considerada é a interseção dos municípios que compõem a Ameosc e os municípios que compõem a região Metropolitana do Extremo Oeste, ou seja, aqueles que pertencem aos dois conjuntos. A totalidade dos municípios desta região é instituída pela Lei Complementar nº 571, de 24 de maio de 2012 (Santa Catarina, 2012):

Art. 11-B O Núcleo Metropolitano da Região Metropolitana do Extremo Oeste será integrado pelos Municípios de Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Flor do Sertão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Iraceminha, Itapiranga, Maravilha, Paraíso, Princesa, Romelândia, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Tunápolis.

E a totalidade dos municípios que compõem a Ameosc são:

Inicialmente, a entidade contou com a participação Associativa dos Municípios de: São Miguel do Oeste, Guaraciaba, São José do Cedro, Guarujá do Sul, Dionísio Cerqueira, Palma Sola, Anchieta, Romelândia, Descanso, Mondaí e Itapiranga. Filiando-se a AMEOSC nos anos posteriores: Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Iporã do Oeste, Paraíso, Princesa, Santa Helena, São João do Oeste e Tunápolis. Em 1995, o Município de Romelândia passou a fazer parte da AMERIOS<sup>6</sup> (AMEOSC, [entre 2012 e 2024])

Inicialmente, os municípios participantes definidos foram Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Paraíso, Princesa, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Tunápolis.

Posteriormente, a seleção dos municípios nos quais seriam entrevistadas mulheres participantes do MMC considerou o envolvimento destes com o Movimento. Foram identificadas duas regionais na área de estudo, a regional de São José do Cedro, que contempla os municípios de Palma Sola, Anchieta, Dionísio Cerqueira e São José do Cedro, e a regional de São Miguel do Oeste, que compreende os municípios de Descanso, Paraíso, Barra Bonita, Bandeirante, Tunápolis, Itapiranga e Iporã do Oeste. Dentro dessa amostra, optou-se por pesquisar a organização do movimento em Itapiranga, Iporã do Oeste e Tunápolis da regional de São Miguel do Oeste e São José do Cedro e Anchieta da regional de São José do Cedro. A análise e coleta de dados acontecerá a partir do contato com mulheres camponesas participantes do MMC de cada município. Assim, decidiu-se adicionar a cidade de Anchieta na amostra dos municípios.

Esta pesquisa será apresentada em cinco capítulos, o primeiro conta com a Introdução; o segundo com uma análise sobre desenvolvimento sustentável, comparando suas perspectivas e críticas; o terceiro capítulo apresentará mais informações sobre as iniciativas existentes na região, áreas e formas de atuação; no quarto capítulo, será apresentada a perspectiva de desenvolvimento do MMC por meio da apresentação dos dados das entrevistas; e, no último capítulo, será feita uma relação a partir dos dados e resultados obtidos na pesquisa de campo junto às

---

<sup>6</sup> Associação dos Municípios de Entre Rios (Amerios).

participantes do MMC tanto na perspectiva dos ODS quanto da agroecologia e das alternativas ao desenvolvimento.

## 2 CONSTRUÇÕES PARA FUTUROS POSSÍVEIS

Este capítulo será dedicado à compreensão da relação entre as perspectivas de desenvolvimento e as críticas ao desenvolvimento pertinentes a este estudo. Primeiramente, será abordado o desenvolvimento de forma mais abrangente, em uma perspectiva relacionada à sociedade humana, visto que desenvolvimento pode estar presente em outros contextos, como no embrionário ou no vegetal. Nesse sentido específico, ainda é possível notar diferentes formas de conduzi-lo e conceituá-lo. Essas diferenças constroem diferentes formatos de sociedade, com propósitos e organização bem diferentes. Segundo Furtado (1980, p. 15):

O conceito de desenvolvimento tem sido utilizado, com referência à história contemporânea, em dois sentidos distintos. O primeiro diz respeito à evolução de um sistema social de produção na medida em que este, mediante a acumulação e progresso da técnica, torna-se mais eficaz, ou seja, eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho. (...) O segundo sentido em que se faz referências ao conceito de desenvolvimento relaciona-se com o grau de satisfação das necessidades humanas.

Para o autor, os dois sentidos do desenvolvimento são ambíguos. No primeiro caso, pela heterogeneidade e modificações que ocorrem no tempo nos sistemas de produção, ou seja, existe uma complexidade em comparar diferentes momentos pois as matérias-primas, os produtos, os modos de produção são distintos. Já no segundo caso, a ambiguidade surge conforme os indivíduos se afastam das necessidades essenciais para além das condições básicas, como habitação e alimentação, por exemplo, o que é preciso para gerar satisfação é bastante relativo àquele tempo e espaço. Existiria, além desses, um terceiro sentido ainda mais ambíguo, que diz respeito aos objetivos almejados pela fração dominante da sociedade e a destinação de recursos escassos. Nesse caso, é notável que esses objetivos definidos por uma fração da população em um determinado tempo/espaço podem ser vistos como irrelevantes na visão de outros grupos (Furtado, 1980, p. 16).

Um incremento nas técnicas dos sistemas produtivos não necessariamente resulta em melhora na qualidade de vida da população, o que indica que o segundo sentido do desenvolvimento apresentado não é consequência direta do primeiro.

Pois é possível que a satisfação das necessidades de uma população possa aumentar sem progressos nas técnicas (Furtado, 1980, p. 17):

A visão corrente do desenvolvimento pretende ignorar que a criação de valor, no sistema capitalista, envolve um custo maior do que aquele que figura nas contabilidades privada e pública. Não é demais assinalar que a ação produtiva do homem tem cada vez mais como contrapartida processos naturais irreversíveis, tais como a degradação da energia, tendentes a aumentar a entropia do universo. O estímulo às técnicas apoiadas na utilização intensiva de energia, são fruto da visão de curto prazo engendrada pela apropriação privada dos recursos não renováveis, agrava essa tendência, fazendo do processo econômico uma ação crescentemente predatória.

Apesar de ser uma elaboração menos recente, o trecho citado já apresenta uma preocupação que vai se tornando cada vez mais presente, da época até hoje, criando uma aproximação do que se vê nas discussões sobre o “desenvolvimento sustentável”. Pode-se definir que a melhoria na qualidade de vida das pessoas de forma desigual e com os processos produtivos baseados em uma exploração dos recursos naturais para além do seu potencial de regeneração, em um problema do sistema que não considera as futuras gerações e tampouco a preservação da biodiversidade e das vidas não humanas, se torna insustentável no tempo.

Em seu emblemático livro *Primavera silenciosa*, Rachel Carson potencializa um movimento para pensar um olhar diferente sobre a Terra e as ações humanas em relação a esse ambiente do qual os seres humanos fazem parte. A partir da percepção sobre a falta que o canto das aves fazia em um período e a relação desse fenômeno com a utilização de pesticidas, cria-se um debate sobre a influência que a espécie humana está exercendo no ecossistema. Percebe-se que, na busca de dominação da natureza para atingir o sonhado “desenvolvimento econômico”, o ser humano comete um equívoco ao se considerar um elemento externo a esse sistema. O resultado disso é o risco produzido a diversas formas de vida, inclusive a humana, que faz parte dessa teia (Carson, 2010).

A intenção presente nas práticas humanas interfere no resultado dessas ações. Portanto, pode-se questionar a forma como os seres humanos visualizam a natureza e os motivos que os movem a preservar e conservar. Não raramente, justifica-se o cuidado com o meio ambiente pensando em elementos relacionados à qualidade de vida do ser humano, como manutenção dos recursos naturais, acesso a espaços não antropizados para lazer, acesso a elementos para desenvolvimento

de fármacos e da ciência. Essa é uma visão antropocêntrica e que possivelmente seja insuficiente para criar uma “ética normativa minimamente sustentável” (Lourenço, 2019).

Buscar soluções para a incógnita de qual a melhor forma de valoração ecológica é urgente, pois isso influencia temas de grande relevância, como as mudanças climáticas, em que medidas são necessárias pois as adotadas até o momento se mostram insuficientes. É notável que essa valoração não deve ser apenas econômica, do contrário é possível que, novamente, se trilhe um caminho de desenvolvimento com base no crescimento e que a natureza seja mais uma vez vista como um recurso a serviço da espécie humana (Gudynas, 2019).

A discussão sobre a relação dos seres humanos com o ecossistema, do qual fazem parte, e a valoração deste é ampla e as alternativas à visão antropocêntrica são recentes, sendo necessários testes e exploração (Gudynas, 2019). Dessa forma, a partir deste ponto, serão vistos alguns conceitos e elaborações, iniciando com visão mais hegemônica e, posteriormente, apresentando alternativas, consideradas por esta autora, de construções para futuros possíveis.

## 2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Quando fala-se em desenvolvimento, é importante identificá-lo com um auxiliar, um “sobrenome”, que direciona minimamente o formato de construções almejadas, por exemplo, “desenvolvimento econômico” ou “desenvolvimento sustentável”. As definições para desenvolvimento sustentável também são diversas, assim como as propostas para atingir esse formato de desenvolvimento. Em geral, se considera um equilíbrio entre destruição e conservação, em que se busca algo equivalente a um saldo nulo em uma conta bancária. Almeja-se algo como desenvolver a sociedade respeitando o limite dos recursos naturais para garantir condições básicas às futuras gerações. Em grande parte dos casos, existe uma enorme preocupação em não abandonar o conceito de crescimento econômico que estava fortemente vinculado ao primeiro formato de desenvolvimento almejado por uma grande fração da humanidade, o desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento econômico está relacionado com a acumulação. Quando a sociedade atinge um nível superior nos sistemas de produção, ela acaba gerando

um excedente que pode ser acumulado, é a forma como esse acúmulo ocorre na sociedade que faz com que o incremento na satisfação das necessidades das pessoas não seja uma regra. O que acontece é que existe uma estratificação social, em que uma classe alcança um nível superior de necessidades atingidas e, em muitos casos, são criadas necessidades para ela, enquanto para outros pode haver uma estagnação ou até mesmo uma diminuição (Furtado, 1981). Portanto, esse formato de desenvolvimento não deveria mais ser válido para a sociedade atual.

A noção de correntes da sustentabilidade proposta por Gudynas (2019) pode ser uma forma interessante para analisar as diferentes definições, compará-las e verificar sua eficiência para a situação atual da humanidade e do Planeta. Conforme essa noção, existe uma sustentabilidade fraca, uma forte e uma superforte. Essas correntes não são necessariamente opostas entre si, mas complementam e aprofundam questões a serem consideradas. Enquanto a primeira corrente tem um enfoque para soluções tecnocráticas, valorização econômica da natureza e relativização de seus limites, a segunda considera útil a ideia de capital natural, mas reconhece também que é necessário manter uma parte do meio ambiente preservado e faz crítica ao progresso. Já a sustentabilidade superforte se compromete com as alternativas ao desenvolvimento e utiliza a esfera política para tomada de decisão, apesar de também valorizar as soluções técnicas.

Infelizmente, o argumento amplamente defendido de que as tecnologias irão superar os problemas de destruição do meio ambiente causados pelo uso intensivo de bens naturais sem respeitar a capacidade de regeneração natural e o modo de produção e consumo capitalista ainda não se comprova. Ignacy Sachs, em 1995, já pontuava sobre essa questão:

O poder destruidor das tecnologias, cujo uso permanece subordinado à busca de projetos financeiros e econômicos de curto prazo, manifestou-se, por outro lado, pela degradação do meio-ambiente, cuja gestão prudente tornou-se um imperativo mundial, como o mostrou a conferência internacional Rio 92 sobre a Terra (Sachs, 1995, p. 31).

O economista polonês Ignacy Sachs reconhece o potencial do trabalho desenvolvido por instituições, em especial a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a ONU para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento. Para esse economista, o desenvolvimento precisa abranger o crescimento econômico, mas deve ir além e contemplar “as dimensões

ética, política, social, ecológica, econômica, cultural e territorial, todas elas sistematicamente interrelacionadas e formando um todo” (Sachs, 1997, p. 216). O autor apresenta o conceito de “mal desenvolvimento”, que é aquele crescimento gerado pelo desenvolvimento de novas tecnologias e da economia, mas que cria desigualdade pela falta de organização social e política.

No Movimento de Mulheres Camponesas o conceito de Desenvolvimento Sustentável não é abordado com esta nomenclatura com frequência, porém como apresenta Geneci Ribeiro dos Santos, a agroecologia é o projeto de Desenvolvimento Sustentável deste movimento (Santos, 2021). Nesse sentido, Noeli Taborda também afirma que a construção do MMC é “projeto de sociedade” com base no feminismo camponês e popular e na agroecologia (Taborda, 2023). Através da leitura das pesquisas das militantes, fica evidente que para o Movimento, a concepção de desenvolvimento para o capitalismo sempre irá gerar destruição dos ecossistemas e desigualdade entre as pessoas, o que justifica o compromisso do MMC com a luta de classes na construção da alternativa a este desenvolvimento.

## 2.2 AGENDA 2030 DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Foi em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, que o termo “sustentabilidade” passou a ser utilizado de forma vinculada à gestão dos recursos naturais. No ano de 1987, foi publicado o *Relatório Brundtland*, um documento intitulado *Nosso Futuro Comum (Our Common Future)* e desenvolvido pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, que contribuiu para a disseminação do termo “desenvolvimento sustentável”. Mais tarde, em 1992, aconteceu no Rio de Janeiro a Rio-92, evento no qual o termo foi consolidado e foi lançada a Agenda 21, um documento com 40 capítulos com diversos temas relacionados a estratégias para o desenvolvimento social, ambiental e econômico das nações. E em 2000, na chamada Cúpula do Milênio das Nações Unidas, realizada nos Estados Unidos, foi elaborada a *Declaração do Milênio das Nações Unidas* em que foram estabelecidos os ODM (Oliveira; Deretti; Dullius, 2017).

Os ODM estiveram vigentes até 2015 e, neste ano, foram anunciados os novos objetivos da ONU, também chamados de Agenda 2030, definidos por “chefes

de Estado e de Governo e altos representantes” (Organização das Nações Unidas, 2015, p. 3). Foram, então, instituídos os ODS apresentados em 17 itens, sendo que cada um deles é detalhado, resultando em 169 metas. A seguir, na Fotografia 1, verificam-se os ODS da Agenda 2030.

Fotografia 1 — Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: fotografia registrada pela autora (2024).

Os ODS englobam diversos temas e podem ser divididos em cinco “Ps”: Paz, Pessoas, Planeta, Prosperidade e Parcerias. Se analisados de forma holística, muitos se conectam, por exemplo, saúde e bem-estar são diretamente afetados pela qualidade da água e saneamento e a vida terrestre é conectada com agricultura sustentável se avaliado do ponto de vista da agroecologia. A forma como são apresentados os ODS facilita organizar os temas relacionados à sustentabilidade, como no exemplo da fotografia, onde foi possível criar um jogo com diversos temas relevantes.

Com objetivo de ampliar o conhecimento sobre a Agenda 2030, existe, em Santa Catarina, a Lei nº 17.833, de 18 de dezembro de 2019, que insere a Semana dos ODS no calendário de datas e festividades do Estado. As ações são desenvolvidas por voluntários e voluntárias que se organizam como um movimento e a Semana dos ODS é definida como aquela que compreende o dia 25 de setembro (Santa Catarina, 2019).

Apesar de sua relevância e alcance, os ODS também têm questões a serem analisadas quanto à sua perspectiva de desenvolvimento sustentável. Para Lang (2016), a agenda que se propõe a solucionar a crise ambiental prioriza corporações e instituições financeiras aos próprios chefes de Estado eleitos democraticamente.

Assim, a autora afirma que a agenda contribui para a perpetuação de um desenvolvimento que prioriza o crescimento econômico, que promove a desigualdade e não questiona o estilo de vida da fração que acumula o maior capital e mais ameaça os ecossistemas.

Uma das questões importantes sobre os objetivos é a sua mensuração por meio de indicadores. Para Lang (2016, p. 150), “A suposta objetividade, neutralidade e universalidade da linguagem dos números esconde as inúmeras decisões políticas, relações de poder e simplificações contidas nesses números”. Um exemplo disso seria a utilização do Produto Interno Bruto (PIB) como indicador vital nas análises de desenvolvimento.

Os indicadores utilizados para mensurar o bem-estar e o sucesso das sociedades, como o PIB, são, na verdade, mensurações do capital acumulado, produção e consumo. A utilização desses indicadores é marcada pela lógica da racionalidade androcêntrica, também presente na ciência moderna, que se propõe a ser neutra, objetiva e universal. Ao mesmo tempo, o indicador representa uma escolha de quais valores devem ser contabilizados, invisibilizando diversos trabalhos como o de reprodução e de cuidado (Lang, 2016). Por questões como essa são desenvolvidos novos conceitos para contrapor e sugerir novas formas de construção, inclusive pela autora citada.

### 2.3 DECOLONIALIDADE E CONSTRUÇÕES A PARTIR DA AMÉRICA LATINA

O reconhecimento do direito ao meio ambiente adequado ao desenvolvimento da vida é uma forma de construir nacionalmente uma pauta sobre o tema com respaldo legal. A Constituição Federativa do Brasil, aprovada em 1988, é a base para todas as demais legislações e pode ser considerada o documento mais importante da nação. Seu texto apresenta um caráter progressista e inovador em diversos aspectos, podendo ser um marco progressista na América Latina. Conforme esse documento:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Brasil, 1988).

Portanto, afirma-se que é uma necessidade para o ser humano ter um ecossistema saudável para uma qualidade de vida adequada e considerando a necessidade de uma responsabilização coletiva sobre o cuidado desses bens naturais.

Além da Constituição brasileira, outros países da América trazem a temática em suas constituições criadas nesse período após a década de 1970 até a década de 1990, mas apresentam-nas de forma menos abrangente. Como exemplo temos as Constituições do Chile (1980) e da Argentina (1994), que versam sobre um direito ao ambiente saudável. Outros países têm uma postura diferente no texto de sua Constituição, como é o caso do Uruguai, em que o meio ambiente é considerado um “interesse geral” apenas (Gudynas, 2019).

Mais recentemente, surgiu um movimento chamado “novo constitucionalismo”, que ocorre na Venezuela, na Bolívia e no Equador sob a gestão de governos progressistas. Neste momento, buscam-se mudanças nas Constituições que reconheçam os povos originários como parte das nações (Bolívia), que reconheçam a importância da economia solidária para o mercado e os direitos da natureza, que também surgem nesse contexto. Esses direitos são adicionados à Constituição da Bolívia, em 2010, de forma ineficiente, e na do Equador, em 2009, com sucesso (Gudynas, 2019).

Na introdução de seu livro *Direitos da Natureza*, Gudynas (2019) defende que esse conceito “É possivelmente umas das mudanças mais radicais das últimas décadas, pois implica transformações e alternativas que afetam as raízes mais profundas dos entendimentos sobre a política e o desenvolvimento contemporâneos”. Reconhecer a natureza que, nesse contexto, é considerada como o meio ambiente com seus sistemas preservados com graus de interferência humana moderados, como um sujeito de direitos, é uma ideia ousada por interferir fortemente na dinâmica e política dos países que, hoje, têm seu direcionamento fortemente influenciado pelo aspecto econômico. Houve uma busca pela atribuição de valores econômicos a esse meio ambiente com o objetivo de gerar conservação por meio do mercado, mas os resultados não foram satisfatórios (Gudynas, 2019).

Na caminhada para a construção de uma efetividade na promoção de um meio ambiente saudável e equilibrado, a equatoriana Miriam Lang (2016) pesquisa e apresenta alternativas ao desenvolvimento. Ela defende que, enquanto na natureza,

o desenvolvimento é um processo natural e cíclico, na sociedade, se cria uma concepção de desenvolvimento linear e infinito. Essa noção é incorporada a partir da fala do presidente norte-americano Harry S. Truman, que define os países como desenvolvidos ou subdesenvolvidos. Lang questiona as definições de pobreza e os índices utilizados para sua mensuração, nega o *status* de subdesenvolvidos aos países que recebem esse título e apresenta que definições como “desenvolvimento” e “sustentabilidade” são termos que se contrapõem, portanto é inviável pensar nessa perspectiva. A autora propõe que sejam construídos modelos alternativos ao desenvolvimento e, para isso, apresenta diversas experiências que podem gerar contribuições, entre elas, algumas que serão vistas mais à frente, como o bem-viver e o ecofeminismo (Lang, 2016).

O bem-viver ou bons-viveres são cosmovisões desenvolvidas por sociedades de diferentes localidades, particularmente indígenas, povos marginalizados, excluídos e invisibilizados pelo desenvolvimento, mas que têm pontos de aproximação. O conceito de bem-viver é apresentado como uma construção coletiva para um futuro e de desconstrução da ideia de desenvolvimento com base no crescimento econômico. Também pode ser entendido como um processo permanente e cíclico, com uma visão holística e que se opõe ao colonialismo (Acosta, 2016).

É uma ótica muito diferente do viver bem, que seria baseado em experiências luxuosas e ostentação, modo de vida muito propagado para fomentar o consumismo em um sistema baseado em mercados. O bem viver proporciona uma oportunidade para uma nova forma de imaginar projetos de vida, como apresenta Gudynas:

A orientação ao Bem Viver tem enorme importância, pois esta ideia contém, por um lado, uma crítica radical ao desenvolvimento convencional e, por outro, a abertura a alternativas sobre a qualidade de vida e a proteção da Natureza (Gudynas, 2019, p. 256).

Apesar de ser um conceito vivenciado em espaços diminutos e específicos como comunidades rurais e alternativas, acredita-se que o bem viver pode ser praticado até mesmo em grandes centros de cidades industrializadas, exemplificando um novo modo de vida (Acosta, 2016). É uma alternativa ao sistema capitalista que força a vida humana a centrar-se no consumismo, que para a maior

parcela da população gera um constante sentimento de insatisfação por não acessar e suprir estas supostas necessidades. Necessidades estas, que são criadas para manter um mercado que, de maneira geral, promove concentração de capital na mão de poucas pessoas.

O Bem Viver nasce de buscas por uma sociedade em uma visão utópica, mas pode se fazer presente na realidade até mesmo a do sistema em que nos encontramos, pois é uma necessidade real da sociedade harmonizar sua relação com seu ecossistema. Práticas que fortalecem o Bem Viver no contexto atual estão “na autossuficiência e na autogestão dos seres humanos vivendo em comunidade” (Acosta, 2016, p.).

Apesar do conceito de Bem Viver não ser amplamente abordado no MMC, é visto que as vivências das militantes e participantes do Movimento contribuem para esta construção e que o projeto de sociedade defendido por elas, de certa forma, pode se configurar como um modo de fortalecer a cosmovisão, conforme apresenta Acosta:

O Bem Viver é uma filosofia de vida que abre as portas para a construção de um projeto emancipador. Um projeto que, ao haver somado histórias e lutas, de resistência e de propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências locais, que deverão somar-se contribuições provenientes de diversas latitudes, posicionar-se como ponto de partida para estabelecer democraticamente sociedades sustentáveis (Acosta, 2016 p. 48).

Tendo conhecimento da história de construção e lutas do Movimento de Mulheres Camponesas, ao ler o trecho acima, fica evidente que o MMC pode ser considerado uma experiência que se soma ao Bem Viver e que auxilia na construção de uma sociedade sustentável.

Este conceito “bate de frente” com a ideia de que é necessário crescimento econômico para depois distribuir e melhorar a qualidade de vida das pessoas, “pregada” pelo capitalismo e pelos conceitos de desenvolvimento construídos no interior deste sistema. O bem viver considera que o ser é prioritário do ter para gerar qualidade de vida. Agora apresenta-se um pouco mais de outro conceito importante para compreender o desenvolvimento sustentável do ponto de vista das mulheres camponesas do MMC.

## 2.4 FEMINISMOS

O desenvolvimento da humanidade depende de diversos fatores sociais, ambientais, culturais, entre outros, e as relações de poder e a divisão do trabalho também são determinantes. Silvia Federici apresenta, em seu livro *Calibã e a Bruxa*, como as questões de gênero são cruciais para a acumulação capitalista e o funcionamento desse sistema em diversos aspectos. Em especial, pode-se citar o trabalho reprodutivo, que é caracterizado por todas as atividades necessárias à manutenção da vida e que podem ser consideradas trabalhos de cuidado, como limpeza da casa, preparo dos alimentos, cuidado com pessoas idosas e crianças, que fica incumbido às mulheres e, por isso, também não é valorizado. Esse processo de desvalorização da mulher ocorre de forma mais explícita por meio do movimento chamado “caça às bruxas”, que utiliza de diversos artifícios para diminuir o poder feminino na sociedade e, inclusive, sobre seu próprio corpo (Federici, 2017).

Apesar da perseguição promovida pela igreja na caça às bruxas ter cessado, em outras formas esse pensamento e movimento continua presente na sociedade. Os feminicídios, que são os assassinatos de mulheres provocados por violência doméstica ou por uma relação de gênero, ocorrem motivados por um pensamento de posse ou superioridade sobre essa pessoa. Segundo o Monitor da Violência (site criado pelo G1, pelo Núcleo de Estudos de Violência da USP e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública) em média, a cada 6 horas, é registrado um crime de feminicídio no Brasil. Em uma infinidade de casos, a violência é menos visível, está presente no cotidiano de mulheres oprimidas por meio da economia familiar, da manipulação, da dependência financeira, de ameaças contra filhos e demais familiares.

O trabalho realizado por mulheres, mães e esposas, “gera valor econômico na medida em que mantém a força de trabalho das pessoas desse lar” (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2016, p. 108). O cuidado com todas as esferas que garantem a atuação do trabalhador, ou seja, condições físicas, materiais e afetivas, é desempenhado por pessoas que são inferiorizadas, não são valorizadas por suas ações e, assim, esse ofício não é ou não precisa ser contabilizado como um custo ao trabalhador e não é exigido do empregador (Barragán; Lang; Chávez; Santillana, 2016, p.108).

As atividades femininas são determinantes para que a comunidade e a família evoluam, seja pelo trabalho formal, em que cada vez mais mulheres ocupam espaços de liderança, ou pelo trabalho realizado em suas duplas e triplas jornadas. Mulheres contribuem para a geração de renda doméstica e ainda realizam a maior parte do trabalho de reprodução nos lares. Mas essa realidade acaba passando despercebida e é tomada como normal. Esta visão se deve a estrutura patriarcal da sociedade, que desvaloriza o cuidado com a vida, como propõem Shiva e Mies:

Todas as conquistas passadas do patriarcado foram baseadas na alienação da vida e levaram ao empobrecimento de mulheres, crianças e do meio ambiente. Se quisermos reverter esse declínio, a criação, não a destruição da vida, deve ser vista como uma tarefa verdadeiramente humana, e a essência de ser humano deve ser vista em nossa capacidade de reconhecer, respeitar e proteger o direito à vida de todas as diversas espécies do mundo (Shiva e Mies, 2021 p. 169).

Ou seja, essa parcela de construção das mulheres acaba sendo invisibilizada em um mundo patriarcal. Considera-se que as tarefas desenvolvidas pelas esposas e mães são funções que apenas devem ser desenvolvidas naturalmente<sup>7</sup> e que estão a serviço dos homens como um direito a ser desfrutado e explorado. Essa é uma lógica comparável àquela presente na relação do ser humano com os recursos naturais, em que tudo é visto como passível de apropriação e de dominação.

Debates sobre a natureza da mulher são promovidos entre as diversas visões do ecofeminismo, pois não existe uma unanimidade sobre como deve ser abordada essa temática. Algumas correntes consideram a existência de uma essência feminina que favorece uma conexão com a terra, muito relacionada com os ciclos menstruais e a capacidade de gestar, enquanto em outras é mais presente uma análise sobre a socialização das meninas, muito atrelada a atividades de cuidado, obediência, cuidado com a estética, entre outras. O essencialismo, que é como denomina-se essa visão de natureza ou essência feminina, é criticado em outras correntes ecofeministas, que alertam para a necessidade de uma limitação dessa abordagem por generalizar características, reforçar estereótipos e, com isso, gerar exclusão de grupos ou perpetuar preconceitos e violências.

---

<sup>7</sup> Neste caso, o termo “natureza” é empregado como uma característica inata do ser.

Cientes de que se deve ter atenção nesses tópicos essencialistas da relação mulheres–natureza, vale a pena identificar pontos que levaram esse grupo a desenvolver práticas diferenciadas em relação ao cuidado com as pessoas e o meio ambiente. Para exemplificar essas vivências, Schnorrenberger (2023 p. 20) sustenta que

As mulheres do campo são profundas conhecedoras de uma sabedoria tradicional da agricultura campesina ou, no caso das mulheres equatorianas, de uma sabedoria tradicional dos povos indígenas, repassada de geração em geração. Essa sabedoria envolve, em especial, o cuidado com a terra, com as plantas usadas para a cura de doenças e com as sementes, cuidados que refletem na garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Por isso, tais ações merecem o olhar mais apurado, no sentido de trazer à tona a consciência do despertar das camponesas que, através de sua ancestralidade, possuem condições de elevar o patamar ao meio ambiente ecológico equilibrado, algo relevante no âmbito social.

Apesar das diferenças entre correntes ecofeministas, os temas trazidos são importantes não apenas para discussões sobre questões relacionadas a gênero, poder e natureza, mas servem como referências para a construção de uma sociedade justa e sustentável.

Além do ecofeminismo, a agroecologia se propõe a lutar por um futuro mais justo, sustentável e igualitário. Através da crítica ao modelo agroindustrial, da valorização da agricultura familiar, do empoderamento das mulheres, da defesa da soberania alimentar e do respeito à natureza, esses dois movimentos convergem na construção de um mundo onde a relação entre humanos e natureza seja pautada pela harmonia e pelo cuidado com o “outro” humano e não-humano.

No Movimento de Mulheres Camponesas surge uma nova conceituação de feminismo a partir da vivência das mulheres, sobretudo do campo. Esta construção se dá principalmente pela dificuldade em reconhecer nas lutas do feminismo burguês as principais pautas destas mulheres. O Feminismo Camponês e Popular é apresentado com detalhes, de histórico de construções e principalmente como forma de resistência das mulheres camponesas, na dissertação de mestrado da militante Noeli Taborda (2023). Como apresenta Noeli, este feminismo “torna-se uma proposta que contribuirá com as mudanças socialistas que sonham, mas afirmam que para isso acontecer, é preciso seguir lutando para combater as forças articuladas do patriarcado e do capitalismo” (Taborda, 2023, 112).

Desta forma, o feminismo construído pelas camponesas se define como um feminismo socialista e que busca melhorar a vida das/dos trabalhadoras/es através da luta de classes. A exploração e a opressão com base nas diferenças de gênero são apresentadas como uma característica do sistema capitalista e do patriarcado

## 2.5 AGROECOLOGIA

A agroecologia parte de uma visão sistêmica que considera os agroecossistemas para criar uma base científica conceitual, de princípios e metodológica para a construção de uma agricultura sustentável. Nesse processo, a agroecologia demanda uma interdisciplinaridade para promover um desenvolvimento rural sustentável sem desconsiderar nenhuma de suas esferas social, ambiental ou econômica (Caporal e Costabeber, 2004).

Para o desenvolvimento desta agricultura de base ecológica, iniciamos com uma soma do conhecimento local com os saberes técnico-científicos, através de metodologias que consideram a participação dos diversos atores que compõem este setor (Gliessman, 2001). A busca deste movimento, para além de resultados econômicos positivos, com base nas características próprias de cada agroecossistema, é transformar a consciência destes atores envolvidos sobre manejo e conservação do solo, água, ar, fauna e flora (Caporal e Costabeber, 2004).

A agroecologia também pode ser definida como a aplicação de conceitos da ecologia para fazer um planejamento dos agroecossistemas ao longo do tempo e, para isso, utiliza-se do conceito de transição agroecológica que, em diferentes níveis, apresenta estratégias para conversão do modelo agroquímico para modelos mais sustentáveis (Gliessman, 2001).

Uma das grandes referências agroecológicas é a agrônoma Ana Primavesi que, em seu trabalho e pesquisas, afirma que para o ser humano seja saudável é necessário que o solo onde são cultivados seus alimentos esteja saudável também. Alguns exemplos de manejo ecológico do solo são a cobertura com matéria orgânica, o plantio direto, a utilização de insumos internos da unidade de produção, a rotação de culturas, a diversidade de culturas e a não utilização de pesticidas (Primavesi, 2016)<sup>8</sup>. Entende-se que manter o solo vivo contribui fortemente para a

---

<sup>8</sup> Outro autor que contribui para a agroecologia e corrobora com esta visão é Altieri (2012).

qualidade da produção e sanidade das plantas e, como consequência, das pessoas que se alimentam delas.

A produção de alimentos, a alimentação e a saúde são intimamente conectadas e amplamente pesquisadas na agroecologia. O aproveitamento integral dos alimentos e a utilização de plantas alimentícias não convencionais (Pancs) são ações que necessitam de uma popularização por contribuírem para a promoção da soberania alimentar, que é um dos objetivos da agroecologia. Como complemento à alimentação, outro cuidado com a saúde muito presente é o conhecimento e a utilização das plantas medicinais.

As sementes crioulas, que são aquelas sementes cultivadas e passadas de geração em geração e, em especial, por povos originários, quilombolas e famílias agricultoras, são vistas como potência para o desenvolvimento de uma agricultura diversa e que valoriza a cultura dos povos. Considera-se de grande relevância observar a diversidade de plantas cultivadas no espaço e no tempo pelas contribuições para o solo, para alimentação e para a manutenção do ecossistema.

Os animais são parte desse ambiente e existem metodologias que integram a pecuária com florestas e/ou com lavouras de forma a beneficiar as duas atividades dentro da propriedade e ainda contribuir para a conservação do meio ambiente. Como exemplo, pode-se citar os sistemas agrossilvopastoris e as agroflorestas com abelhas ou galinhas.

A agroecologia compreende que as pessoas são parte essencial nesse processo e, portanto, é necessário que existam estratégias como programas de assistência técnica para que os interessados possam se especializar e desenvolver técnicas agroecológicas e iniciativas de instituições de pesquisa e educação que promovam extensão para popularizar os conhecimentos. Identifica-se que projetos envolvendo a agroecologia e a extensão universitária beneficiam o campo, a universidade e a sociedade em geral, por meio de práticas que contribuem para o desenvolvimento sustentável da região onde ocorrem (Neves e Benincá, 2018).

No Movimento de Mulheres Camponesas a agroecologia é vista como uma base para construção da sociedade e está presente no propósito deste coletivo construir esta agricultura sustentável. Na prática das mulheres, os espaços destinados à agricultura desenvolvida por elas, considerando princípios agroecológicos na maioria dos casos começa no espaço das hortas, que com o

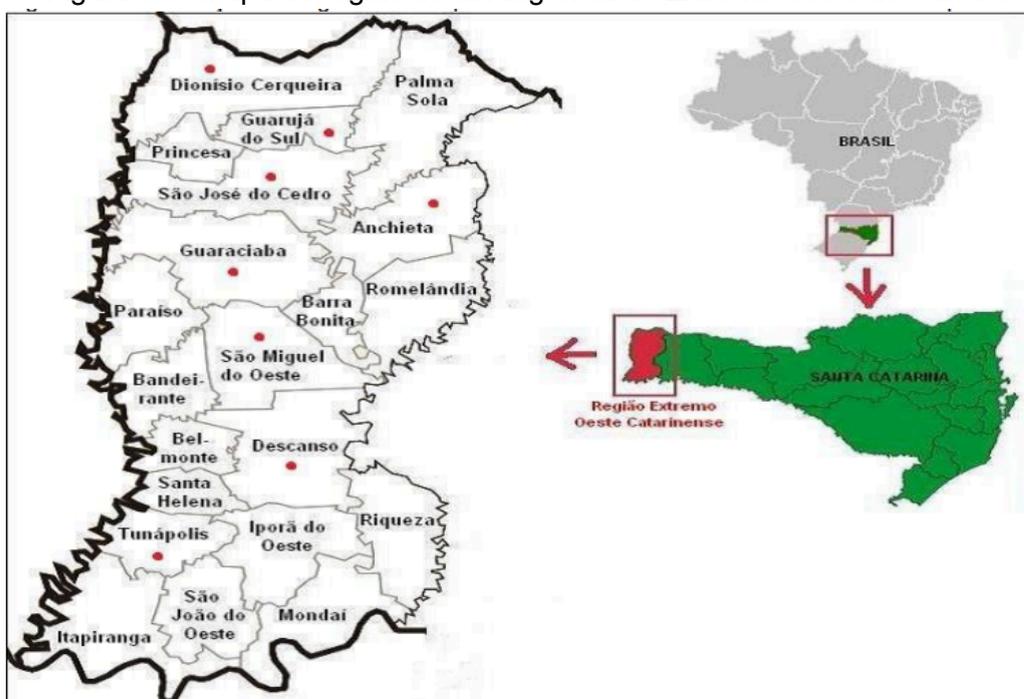
passar do tempo e do fortalecimento dos ideais como militantes, vai ampliando suas áreas para o pomar ou roças próximas, passando a serem chamadas áreas de quintais produtivos. Para o desenvolvimento desta agricultura, são realizadas trocas de sementes crioulas objetivando a produção de alimentos diversos e saudáveis, ao mesmo tempo que cuidam do solo e da água através dos seus manejos. Sendo sempre importante ressaltar que a agroecologia, para as militantes do MMC, não existe sem luta contra o sistema patriarcal, o racismo e todas as violências e explorações presentes na sociedade, o que justifica a importância do Feminismo Camponês e Popular para a construção da agroecologia (Santos, 2021).

### 3 DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO OESTE CATARINENSE

Neste capítulo, busca-se compreender a ocorrência do desenvolvimento da região delimitada na pesquisa e, para isso, foram estudados e são apresentados aqui os projetos e ações que contribuem para o desenvolvimento do Extremo Oeste catarinense em uma perspectiva de sustentabilidade. São considerados os municípios definidos na introdução desta pesquisa e a Ameosc. Algumas ações são desenvolvidas em todo o território delimitado para o estudo, outras, em apenas alguns dos municípios.

O Extremo Oeste catarinense possui uma rica biodiversidade, solo fértil e clima favorável, apresenta, portanto, um enorme potencial para o desenvolvimento sustentável. No entanto, a região também enfrenta desafios consideráveis, como a intensificação da agricultura convencional, a expansão urbana e a crescente demanda por recursos naturais. Apesar desses desafios, alguns projetos e programas podem ser citados como iniciativas positivas em relação a esse desenvolvimento.

Figura 1 — Mapa da região de abrangência do Extremo Oeste de Santa Catarina



Fonte: Gazolla; Lovatel (2020, p. 1.428).

Esses 21 municípios fazem parte da Ameosc, conforme apresentado no capítulo de introdução. São cidades pequenas, com economias fortemente baseadas na agricultura e pecuária. Na maioria das pesquisas nos *sites* oficiais dos municípios, foram encontrados resultados interessantes referentes ao desenvolvimento sustentável e à sustentabilidade.

Inicialmente, serão apresentadas algumas iniciativas de âmbito mais abrangente na região, envolvendo a totalidade ou, minimamente, mais de um dos municípios.

### 3.1 PROGRAMAS E PROJETOS ESTADUAIS E REGIONAIS

Um exemplo de ação para o desenvolvimento sustentável, que contribuiu significativamente para a região do Extremo Oeste catarinense foi o “Projeto Microbacias”, desenvolvido entre 1997 e 2013. Idealizado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), a ação teve como objetivo principal promover a gestão ambiental e a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais.

A importância dessa iniciativa é dada pelos processos de modernização na agricultura que impactaram fortemente as famílias agricultoras regionais, em sua maioria, descendentes de famílias que imigraram no século XIX para colonizar a região por meio de empresas de colonização. A atualização das práticas realizadas por esses trabalhadores e trabalhadoras para o modelo agroquímico e de monocultivos deixou impactos ambientais, sociais e econômicos que não foram contabilizados em nome de um crescimento econômico (Dalmolin, 2010).

As ações do Projeto se iniciaram com a formação de um Grupo de Animação da Microbacia (GAM), que vai ser responsável pelas decisões do plano de desenvolvimento, o que dá um carácter de participação ativa à população. Os recursos para o “Projeto Microbacias 2”<sup>9</sup> foram direcionados à melhoria das condições de vida (reformas e habitação) e saneamento, por meio de sistemas coletivos e individuais de água. Majoritariamente, os beneficiários são pequenos agricultores, trabalhadores rurais e indígenas.

---

<sup>9</sup> O “Projeto Microbacias 2” teve duração de 2002 até 2009.

Em todo o Estado de Santa Catarina, está sendo desenvolvido o Programa “Penso, **Logo** Destino”, por uma articulação do Instituto do Meio Ambiente (IMA) com outras secretarias de Estado e demais parceiros, cujo lançamento ocorreu em dezembro de 2019. O foco das ações é fazer cumprir o que está presente na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em especial o instrumento dessa política definido como “a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” (Brasil, 2010). As ações do Programa são desenvolvidas nos municípios de acordo com as populações e tipos de resíduos produzidos.

As atividades são realizadas em três etapas e seguem um cronograma que inicia com logística reversa, após, é feita a coleta seletiva e, por fim, a destinação de resíduos orgânicos. O objetivo do projeto é ousado, intenciona-se que, após a conclusão das etapas, o Estado seja destaque na gestão de resíduos sólidos no País. Na primeira etapa, o foco são os consumidores, que devem fazer o encaminhamento dos materiais e embalagens de produtos, e a indústria e o comércio, que são responsáveis por receber o material e fazer o encaminhamento ecologicamente correto (Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, [entre 2018 e 2024]). Para isso, o IMA realiza parcerias com empresas responsáveis pela destinação correta de materiais como eletrônicos, lâmpadas, pneus, embalagens de agrotóxicos e promove coletas nas cidades que aderem ao Programa. Como exemplo, pode ser citado o Ponto de Entrega Voluntário (PEV) da Ameosc em São Miguel do Oeste, que recebe pneus, eletrônicos, óleo de cozinha usado, pilhas e baterias, entre outros materiais, de toda a região do Extremo Oeste catarinense.

Outro projeto que promove o desenvolvimento sustentável na região é o “Projeto Plantando Água”, que foi idealizado pela Ameosc em uma iniciativa que visa promover a recuperação e a preservação dos recursos hídricos regionais. Além da Associação, diversos entes contribuem ativamente na iniciativa, sendo eles os Colegiados de Secretários Municipais de Agricultura e Meio Ambiente e de Educação e Cultura dos 21 municípios que compõem a Ameosc, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), Campus de São Miguel do Oeste, e a Epagri/Gerência Regional de São Miguel do Oeste. As estratégias são a mobilização da comunidade e a implementação de ações de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas. O objetivo do Projeto é

promover a segurança hídrica para as futuras gerações e a conservação do solo (Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, 2022).

O Projeto foi criado em 2022 após a crise gerada pelas estiagens dos anos de 2019, 2020 e 2021, que causou muitos impactos negativos para a população da região, em especial no abastecimento para agricultura e pecuária, na infraestrutura de estradas e no abastecimento público. Na busca por soluções, foram propostas ações apresentadas em quatro frentes: matas ciliares, infraestrutura de estradas, preservação de água e manejo conservacionista do solo (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, 2023).

Para cuidar das matas ciliares, são promovidas campanhas de plantio de árvores nativas nessas áreas, e para auxiliar na infraestrutura das estradas, são feitas barraginhas — pequenas bacias de, aproximadamente, 20 metros de diâmetro, que acumulam a água em picos de precipitação, evitando a erosão nas vias e favorecendo a infiltração da água no terreno. Para promover a preservação da água, pretende-se promover a instalação de cisternas, reservatórios, açudes e proteger fontes de água. Para conservação do solo, são diversas as medidas propostas, como criação de terraços, uso de adubação verde e utilização de rolo-faca para o corte dessas coberturas de solo, sistemas de plantio direto e agricultura regenerativa (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, 2023).

Os dados a seguir foram coletados a partir de pesquisas nos *sites* dos municípios utilizando as palavras-chave “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável”. Algumas cidades não apresentaram resultados para essa pesquisa, sendo eles Dionísio Cerqueira e Paraíso.

### 3.2 CONTRIBUIÇÕES MUNICIPAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os setores da educação estiveram fortemente envolvidos com a temática da sustentabilidade por meio das edições municipais e regionais da Conferência Nacional de Educação (Conae), que tinha como tema a edição de 2024 “Plano Nacional de Educação (2024–2034): política de estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável”, além de um eixo temático denominado “Eixo VII — Educação

comprometida com a justiça social, a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento socioambiental sustentável para a garantia da vida com qualidade no planeta e o enfrentamento das desigualdades e da pobreza”. Esse envolvimento é resultado de uma organização em nível nacional que chega por um regimento com temas e eixos definidos, mas, de qualquer forma, fomenta o debate e o desenvolvimento de uma educação objetivando contribuir para a sustentabilidade. Por meio desse debate na Conae, é possível levantar as demandas locais (Conferência Nacional de Educação, 2023). Os municípios que noticiaram a participação e o desenvolvimento da Conae municipal são Belmonte, Guaraciaba, Iporã do Oeste e Anchieta.

A educação também contribui ativamente com projetos desenvolvidos nas redes municipais, estaduais e por meio do IFSC. Nesse sentido, a pesquisadora esteve envolvida de forma efetiva como primeira professora no Programa Municipal de Educação Ambiental, desenvolvido em todas as escolas da rede municipal de Iporã do Oeste. Nesse Programa, são desenvolvidos pequenos projetos, como o “Projeto Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ONU” (Fotografia 2), realizado com os estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental das escolas municipais em que a Agenda 2030 foi utilizada para orientar estudos sobre sustentabilidade e estimular os estudantes a propor e executar soluções simples para problemas locais (Município de Iporã do Oeste, 2023).

Fotografia 2 — Estudantes que desenvolveram o Projeto “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ONU”, em Iporã do Oeste



Fonte: Município de Iporã do Oeste (2023).

No município de Princesa, a Escola de Educação Básica Antenor Nascentes e a Escola Pública Municipal Renascer realizaram ações em prol do meio ambiente de diferentes formas e com diferentes níveis de ensino, mas sempre contribuindo para promover boas práticas nos estudantes e suas famílias (Município de Princesa, 2023). Em Tunápolis, uma escola promoveu, a partir da iniciativa dos próprios estudantes, uma feira de trocas de brinquedos, estimulando o consumo sustentável e o reaproveitamento (Prefeitura de Tunápolis, 2017).

Em Guaraciaba, um educandário, juntamente com a Epagri e uma cooperativa de crédito, realizou uma ação de revitalização de nascentes em que foram implementadas diversas ações, incluindo explicações sobre a “importância da proteção da fonte de água, plantio de árvores nativas do Viveiro Municipal, medida da calha do rio, coleta de bioindicadores da qualidade da água, plantas exóticas e plátanos além da coleta de água para análise” (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, 2018). Semelhante a essa ação, em Guarujá do Sul, foi promovido o “Junho Verde”, em que, novamente em parceria da Epagri com as escolas, foram feitos plantios de plantas medicinais e de cobertura, bem como os cuidados necessários com esses vegetais. E, ainda, em São José do Cedro, existe o “Projeto Verde é Vida”, uma parceria entre Prefeitura Municipal, Epagri e Casa Familiar para realização do cultivo e valorização dos conhecimentos sobre plantas medicinais.

A região possui escolas do campo, que proporcionam uma educação adaptada à realidade de alunos que vivem em áreas rurais. A cidade de Descanso noticiou a inclusão da disciplina de “Práticas Agrícolas” como uma forma de valorizar a agricultura familiar e promover uma agricultura mais sustentável e inovadora. Proporcionar conhecimentos sobre as diferentes formas de agricultura desde o Ensino Fundamental pode ser uma maneira de formar cidadãos mais críticos, criativos e conscientes em relação às relações com o meio ambiente que ocorrem no campo.

Anchieta utiliza a alimentação escolar como forma de gerar nutrição, educação e ainda cumprir a Agenda 2030 no Programa “Nosso Alimento, Nossa Saúde”. Essa iniciativa dá ao município o reconhecimento de boas práticas no Congresso de Municípios, Associações e Consórcios de Santa Catarina

(Comac-SC). A cidade também recebe o Selo Reconhecimento pelo Engajamento na Mitigação de Mudanças Climáticas através da Alimentação (Remma) pelo Programa “Anchieta Sustentável”, que

Foi implantado em março de 2022 em todas as escolas municipais e iniciativas de assistência social, garantindo que estudantes e pessoas atendidas pelo município tenham acesso a mais verduras, legumes, grãos e frutas em seus pratos. A iniciativa, que amplia a utilização de alimentos vegetais, contribui para a saúde pública, como também ajuda a preservar o meio ambiente (Prefeitura de Anchieta, 2022).

De maneira semelhante ao formato da Conae, com um regimento construído para nível nacional e que gera debates com problemáticas regionais, a Conferência Nacional de Cultura (CNC) contribui para a sustentabilidade na região realizando suas etapas intermunicipais. O “Eixo 5 — Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade” (Conferência Nacional de Cultura, 2023, p. 26), fomenta diretamente o debate sobre desenvolvimento sustentável, além dos demais eixos que se relacionam indiretamente, como o Eixo 4 — Diversidade Cultural e Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural e o Eixo 2 — Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social.

Um setor muito importante para a região, dentro das prefeituras, é o da agricultura, considerando que grande parte da economia dos municípios é baseada na agricultura e na pecuária. Dada a sua relevância, é positivo o fato de existirem iniciativas desse setor para promoção de ações em prol da sustentabilidade. Pode-se citar a 1ª Semana da Agricultura e Sustentabilidade realizada em São Miguel do Oeste como exemplo de promoção de boas práticas ambientais (São Miguel do Oeste, 2022).

Os profissionais presentes nas Secretarias de Agricultura podem fazer a diferença, como é o caso de Iporã do Oeste que, em seu último concurso para médico veterinário, empossou um profissional com experiência em bem-estar animal e desenvolvimento sustentável (Prefeitura de Iporã do Oeste, 2023)

Outro exemplo a ser citado é em relação à Secretaria de Agropecuária de Bandeirante, que adquiriu uma máquina denominada rolo-faca. Esse equipamento já era utilizado nas décadas de 1980 e 1990, mas foi substituído pelos agentes secantes. Hoje, porém, percebe-se que esses produtos prejudicam a natureza e o resgate desse método rolo-faca se faz necessário para a promoção de uma

agricultura mais sustentável. Conforme apresentado na Fotografia 3, o equipamento auxilia no corte de plantas de adubação verde, que promovem a saúde do solo por meio da cobertura e da vida neste (Prefeitura de Bandeirante, 2021). Nesse sentido, o município também auxilia seus agricultores a adquirirem e compartilharem conhecimentos sobre solos por meio de seminários realizados em parceria com a Epagri e a empresa Santa Cruz (Prefeitura de Bandeirante, 2018).

Fotografia 3 — Rolo-faca em utilização no campo



Fonte: Prefeitura de Bandeirante (2021).

Em São Miguel do Oeste, existe o “Programa Novos Rurais”, que é um guarda-chuva para diversos outros projetos menores que envolvem agricultura, capacitação e recursos para a área. No mesmo município, também ocorre uma ação de recuperação do recurso hídrico chamada “Lajeado Gramado”, com supressão de espécies invasoras, cercamento da mata ciliar e recuperação da vegetação.

Na região, são promovidos Dias de Campo. Como exemplo, pode-se citar os eventos realizados sobre produção de leite a pasto e produção de alimentos para autoconsumo com parceria da Epagri, em Bandeirante, e o Seminário Regional sobre Sustentabilidade na Produção de Leite, em São João do Oeste. Outro evento nesse formato foi o Dia de Campo para fortalecer a produção de ovinos e caprinos na região de Guarujá do Sul. Esse tipo de atividade auxilia na diversificação de alternativas para o desenvolvimento do campo e forma os agricultores para aplicarem práticas agrícolas “conservacionistas”. Outra forma de trocar experiências

e boas práticas ocorreu em Guarujá do Sul, onde o Comac-SC, promovido pela Federação Catarinense de Municípios, Associações e Consórcios (Fecam), fomentou a troca de experiências e cases de sucesso na promoção da sustentabilidade, usando como exemplo a farmácia viva e as Práticas Integrativas Complementares (Pics). Em São Miguel do Oeste, o Congresso de Agropecuária Inovadora é realizado pela Ameosc, na Câmara de Vereadores.

Já o município de Barra Bonita participou do programa de georreferenciamento do Estado de Santa Catarina, também em parceria com a Epagri, para regularizar as propriedades rurais, o que auxilia no desenvolvimento destas, que são, em sua maioria, de agricultura familiar. O município também destaca a parceria com a Epagri, firmada por meio de um contrato, como uma forma de promover a sustentabilidade, utilizando tecnologias inovadoras, métodos e práticas. Outra forma de a Prefeitura de Bandeirante fortalecer essa prática de agricultura e o manejo conservacionista é o bônus agrícola para aquisição de sementes de pastagens.

Outro exemplo de parceria com a Epagri nos municípios da região do Extremo Oeste catarinense está presente em Santa Helena, onde foi promovido o Seminário Regional de Agroecologia, com enfoque em agroflorestas e Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH).

Alguns municípios possuem conselhos municipais de desenvolvimento e de meio ambiente, como no caso de Itapiranga e Bandeirante, que buscam promover a “qualidade de vida da população, a distribuição harmônica e equilibrada da economia, aliada à preservação do meio ambiente” (Município de Itapiranga, 2019). Uma ação que exemplifica essa atuação é aquela desenvolvida pelo conselho de Bandeirante, que foi até a cidade vizinha, São Miguel do Oeste, para conhecer a máquina que faz o tritramento de resíduos de poda. Essa tecnologia pode auxiliar tanto a destinação dos volumes de resíduos orgânicos quanto a cobertura de solo e produção de adubos na agricultura. Da mesma forma, representantes do governo municipal de Iporã do Oeste realizaram uma visita à cidade de Campos Novos para conhecer o “Programa Campos Novos Sustentável”, e representantes de São João do Oeste visitaram Santa Helena, no Paraná, para conhecer iniciativas de tratamento de resíduos de animais, inspirando, assim, projetos municipais.

Alguns municípios implementam tecnologias que contribuem para a sustentabilidade, por exemplo, Descanso que, em parceria com a Companhia Catarinense de Abastecimento de Água (Casan) fazem a instalação de um novo sistema de tratamento de água. Outra forma de promover a segurança hídrica é a criação de leis e incentivos, que foi o caso de Itapiranga que aprovou a Lei Municipal nº 3.534, de 29 de março 2022 que “Dispõe sobre o Programa de Sustentabilidade Hídrica, visando fomentar a captação, armazenamento, distribuição e tratamento de água por meio de subsídio financeiro aos produtores rurais do município de Itapiranga-SC e dá outras providências” (Itapiranga, 2022).

O município de Guaraciaba enfatiza sua participação nos seminários regionais de turismo. Gestores de Santa Helena, após ser representada por seu secretário de desenvolvimento econômico e turismo no Seminário Internacional de Turismo La Frontera, em Dionísio Cerqueira, em 2022, comentam o destaque da sustentabilidade e do contato com a natureza no panorama geral do setor. São João do Oeste enviou representantes ao 2º Meeting Turismo Oeste Catarinense – Gestão e Sustentabilidade do Turismo no Oeste, ocorrido em São Miguel do Oeste, em 2017. Ainda no setor de turismo, o prefeito de Anchieta, Ivan Canci, participou do III Congresso Mundial de Destinos Turísticos Inteligentes, em 2022, na Espanha, onde teve a oportunidade de trocar experiências com municípios que são referência no setor, e destaca que os eixos definidores de um destino inteligente são governança, sustentabilidade, inovação, tecnologia e acessibilidade.

Uma parceria possível em prol do desenvolvimento sustentável pode ocorrer entre municípios e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), como é o caso de Iporã do Oeste que implantou a “sala do empreendedor”. Esse tipo de programa pode auxiliar na capacitação para que pequenos e novos empreendedores consigam tirar projetos inovadores do papel. Uma contribuição para o desenvolvimento pode ser resultado da formação que os gestores dessa iniciativa têm em sustentabilidade considerando os seus pilares social, ambiental e econômico.

Alguns projetos de outros locais também são bem recebidos na região, como Itapiranga do Oeste, que apoiou um cinema itinerante operado com energia solar e difunde cultura e cuidado com o meio ambiente para a população de forma

gratuita. A oportunidade é possível em razão da lei de incentivo à cultura nacional e iniciativa de uma empresa que fez a produção.

A própria energia solar nas edificações do poder público é uma forma de contribuir para o consumo sustentável de energia. Em Guaraciaba, a “Casa do Agricultor” utiliza essa forma de energia e comemora a economia, ao mesmo tempo em que promove a sustentabilidade ambiental, assim como a utilização de lâmpadas de LED na iluminação pública, como é feito e divulgado pela prefeitura de São José do Oeste e São Miguel do Oeste. Nesse sentido, Anchieta é referência, pois é um município reconhecido inclusive por premiações pelas boas práticas aplicadas ao projeto “Anchieta Solar”<sup>10</sup>.

A assistência social dos municípios promove cursos, formações, oficinas e demais atividades que podem contribuir de diferentes formas para o desenvolvimento sustentável. Em Guaraciaba, o setor oferece oficinas de gastronomia com base no Guia Alimentar para a População Brasileira, gerando soberania e segurança alimentar para os usuários, e em São João do Oeste, são ofertadas oficinas de culinária para geração de renda para famílias prioritariamente de baixa renda. Em São José do Cedro, as oficinas de culinária foram realizadas em uma escola pela nutricionista do município, que tratou da temática do aproveitamento integral dos alimentos, o que contribui para diminuição de resíduos e alimentação saudável.

Guaraciaba promove a democracia, realizando uma votação *on-line* para entender qual é o interesse do povo em relação à gestão do tratamento e abastecimento de água e esgoto e uma audiência pública para o Plano Municipal de Saneamento Básico, e São João do Oeste também busca recursos para um sistema de captação e abastecimento de água.

Contribuindo para o ODS 5 “Igualdade de gênero”, há o projeto “Mulheres em movimento”, iniciativa promovida pelo município de Princesa, que realiza encontros de formação com palestrantes da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), instituição parceira. Um dos encontros tratou especificamente do

---

<sup>10</sup> Mais informações sobre os projetos de boas práticas reconhecidos pela FECAM podem ser acessadas no [site](https://www.fecam.org.br/fecam-divulga-boas-praticas-selecionadas-para-o-comac-sc/) <https://www.fecam.org.br/fecam-divulga-boas-praticas-selecionadas-para-o-comac-sc/>.

tema sustentabilidade, explicando conceitos importantes como os “erres”<sup>11</sup> dessa temática.

Todas as iniciativas, projetos e ações nesses municípios contribuem para uma sociedade mais sustentável em alguns aspectos, auxiliam no cuidado com o meio ambiente e as pessoas que vivem nesta região, ainda que o viés econômico sobressaia nas iniciativas. É importante ressaltar que seria necessário pesquisa mais aprofundada para avaliar sobre outra perspectiva, como essas iniciativas impactam a população local, visto que foram apresentadas informações publicizadas pelas próprias gestões municipais.

A atuação dos municípios e Ameosc demonstra potenciais e princípios de sustentabilidade interessante, mas necessitam ser ampliadas e envolver cada vez mais a população ativamente, desenvolvendo um projeto comum de sociedade que promova uma nova relação com o meio ambiente e proporcione qualidade de vida para todos. Para exemplificar, seria possível contribuir mais fortemente com projetos e programas para o fomento de alternativas à agricultura e pecuária desenvolvidas na região, com assistência técnica especializada, logística de multiplicação e distribuição de sementes crioulas, entre outras. Essas ações são empreendidas por outras organizações, como exemplo o MMC, que com menos estruturas, recursos e poder, podem servir como inspiração e auxiliar na disseminação de práticas agroecológicas para fomentar um movimento amplo de transição agroecológica na região.

### 3.3 MOVIMENTOS SOCIAIS

O MMC é um movimento social que surgiu na década de 1980 e tem ou teve atuação na maioria dos municípios que compõem a região do Extremo Oeste catarinense. A própria história da organização nessa região, apesar da resistência da sociedade, representa uma luta pela libertação das mulheres. Até mesmo a utilização do nome “Movimento” se apresenta como uma resistência ao patriarcado: “A escolha e decisão de passar de Organização para Movimento requer autonomia que, em luta, interliga-se aos passos necessários para o caminho da emancipação. Sem autonomia não há emancipação” (Gaspareto, 2018, p. 178).

---

<sup>11</sup> Os Rs da sustentabilidade, segundo o instituto Lixo Zero Brasil são: Repensar, Recusar, Reduzir, Reaproveitar, Reutilizar, Reciclar e Recuperar.

Nesse momento da história do MMC é que as mulheres passaram a se organizar de forma independente e a denominação ter mudado de “Organização” para “Movimento” causou conflitos e debates nos encontros internos, nas famílias e na comunidade, pois interferia na moral e nos costumes das famílias. A mudança não era apenas no “rótulo”, era um passo para tornar a entidade independente, não sendo mais diretamente vinculada à igreja ou sindicato, como defendiam alguns. A busca por organização das mulheres no Movimento era vista como promiscuidade, sair do ambiente familiar para encontros femininos gerava uma opinião popular negativa pois, nesse espaço, não estavam a serviço da família apenas e sim estava em uma esfera pública, de construção de sociedade (Gaspareto, 2018).

Dessa forma, desde sua concepção, o Movimento contribui para o desenvolvimento sustentável por se propor a lutar pela igualdade de gênero. Sendo um espaço de organização para buscar direitos que, muito além de beneficiar unicamente as militantes, promoveriam uma melhora na qualidade de vida da classe de mulheres trabalhadoras rurais de modo geral.

O MMC tem atuação em diversos municípios que compõem a região do Extremo Oeste catarinense por meio das organizações de níveis municipais e regionais. Um diferencial do Movimento na região Oeste catarinense é o trabalho desenvolvido no “Programa Sementes Crioulas de Hortaliças”, que faz o resgate da biodiversidade de plantas alimentícias cultivadas por gerações, principalmente pelas mulheres do campo. Apesar de hoje ser um programa de nível nacional, seu início se deu nessa região (Gaspareto, 2018).

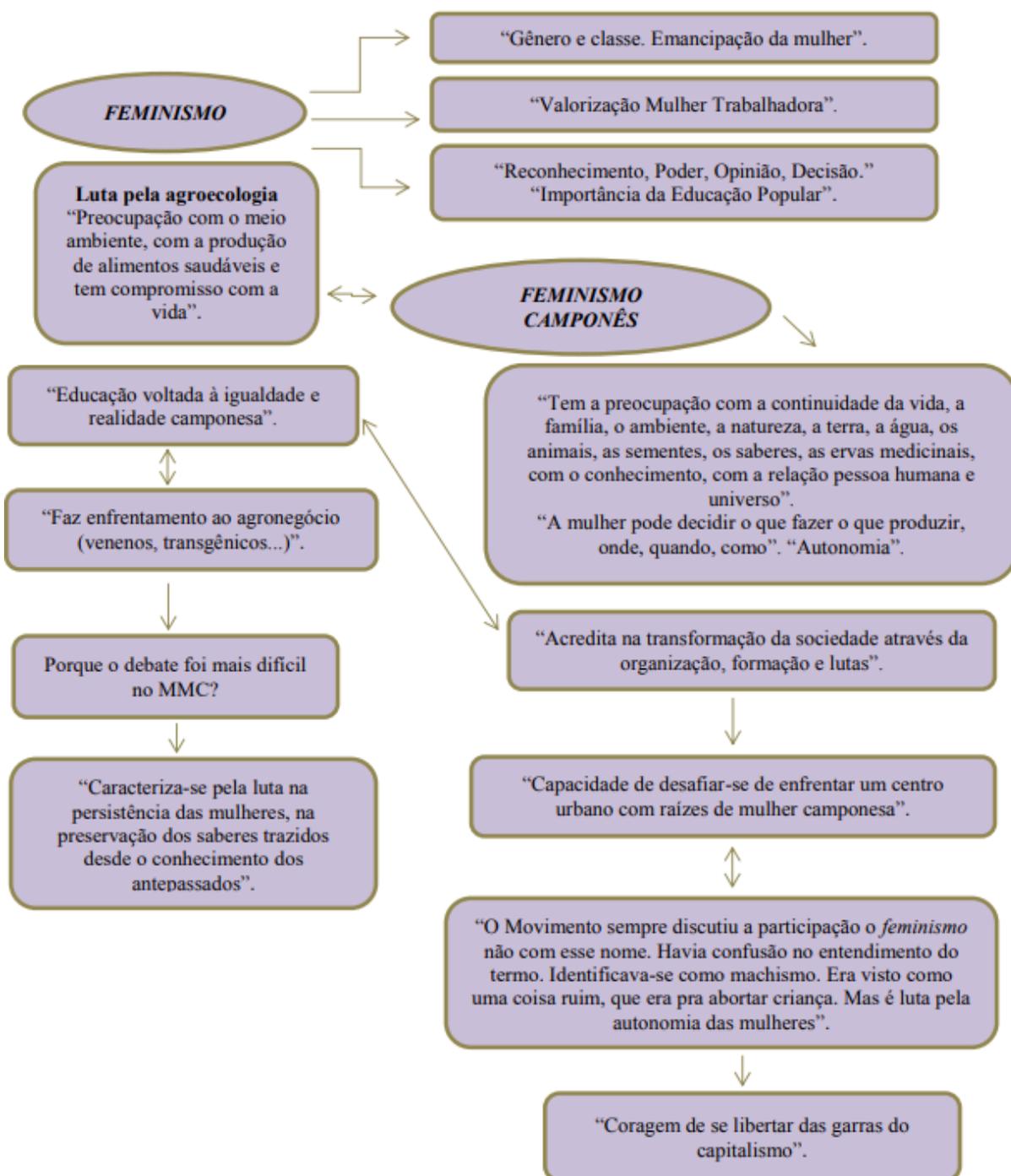
São também essas mulheres que promovem a agroecologia por intermédio de seus quintais produtivos, mostrando que a produção de alimentos de uma forma respeitosa e responsável com o meio ambiente é possível. Esse trabalho é desafiador e, muitas vezes, silencioso, por ser realizado em uma região em que o modelo convencional é amplamente utilizado e defendido, apesar de utilizado por famílias agricultoras que, em geral, têm pequenas unidades de produção. Em muitos casos, inclusive, os modelos coexistem dentro da unidade produtiva.

É porque o movimento discute, mutuamente, tanto as questões relativas às relações de gênero, como as da agroecologia, que se torna possível uma recampesinização, de um campesinato ressignificado, onde se busca a equidade nas relações de gênero (Gadelha *et. al*, 2017, p. 20).

Ou seja, conforme apontam Gadelha *et. al* (2017), por ser um movimento constituído por mulheres, para que a transformação social ocorra é necessário que o feminismo seja trabalhado tanto na família quanto na sociedade, do contrário, os cursos e formações para o desenvolvimento das técnicas da agroecologia não são implementadas por representarem uma iniciativa da mulher dentro da propriedade.

As intensas discussões sobre o feminismo entre as militantes resultaram na constituição de um conceito próprio do movimento, o "Feminismo Camponês e Popular". No Quadro 1, a seguir, é possível identificar algumas temáticas relevantes para as militantes dentro desse novo conceito.

Quadro 1 — Esquema do feminismo e do Feminismo Camponês



Fonte: Gaspareto (2018).

Dentro da definição desse feminismo, observa-se a presença forte de um olhar de preservação dos ecossistemas, de respeito pela natureza e pela vida. Muito semelhante a algumas definições de ecofeminismo.<sup>12</sup>

O esquema apresentado no Quadro 1 também mostra a preocupação com a alimentação por meio da soberania alimentar. Para além de lutar por alimentos saudáveis para todos, as mulheres objetivam que toda a rede que compõe a alimentação seja sustentável e valorize a vida, desde as sementes, preferencialmente crioulas, até a forma de cuidado com o solo, o acesso à terra, a gestão com a valorização das juventudes e mulheres, a rotação e diversidade de cultura, os manejos com plantas amigas. Após a produção, existe a preocupação com a forma de comercialização, que deve ser solidária, justa para quem produz e acessível para que todos possam consumir e que, de preferência, gere uma relação de confiança sobre o que o consumidor está levando para o prato de sua família. A culinária afetiva, caseira, que valoriza as culturas locais é aquela que pensa no alimento como a forma mais importante de manter o cuidado com a saúde.

Não menos relevante do que os estágios anteriores, a geração de renda por meio do alimento deve ser justa com quem produz e liberta das ideias patriarcais de que dinheiro é assunto apenas para os homens da casa. Em alguns casos, a produção de alimentos é voltada para o autoconsumo familiar, para os filhos e amigos e é necessário que nesses casos também se quantifique o valor resultante desse trabalho.

Uma metodologia utilizada pelas companheiras do movimento é a caderneta agroecológica, onde é feita a quantificação da produção para ser consumida pela própria família, conceituada como autoconsumo. Isso permite estimar a economia que o trabalho com as miudezas pode gerar, sem contar a qualidade e a diversidade na alimentação.

Outra prática importante do MMC é a educação popular que está presente de maneira muito intensa nas formações do Movimento e que contribui para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Por meio de encontros, oficinas e rodas de conversa, as militantes promovem o compartilhamento de conhecimentos sobre agroecologia, cuidado ambiental, direitos das mulheres e

---

<sup>12</sup> Como exemplo, cita-se a visão de ecofeminismo de Vandana Shiva (1998) e de Daniela Rosendo (2012).

outras temáticas relevantes para o desenvolvimento sustentável, considerando a voz de todos e todas e valorizando todos os saberes.

As atividades desenvolvidas envolvem as comunidades locais e, muitas vezes, contam com parcerias dos sindicatos de trabalhadores, da Epagri, de prefeituras municipais e da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Existe uma preocupação dentro do MMC de proporcionar espaços formativos que contribuam com o desenvolvimento sustentável e para a qualidade de vida das pessoas do campo e da cidade. Um exemplo dessas ações é o Seminário Regional do MMC promovido em setembro de 2023, em Descanso, no qual foram realizadas palestras e oficinas com a população em geral convidada para a atividade. Os temas do encontro foram voltados à saúde, com oficinas de cuidado pessoal e com o meio ambiente.

As militantes das regionais do Extremo Oeste catarinense Descanso e Itapiranga também participaram ativamente do encontro de celebração dos 40 anos do Movimento em Chapecó, auxiliando nas místicas, na condução dos trabalhos, nas oficinas e nos espaços organizados para o momento. Nessa ocasião, mulheres participantes do MMC de todos os Estados brasileiros estiveram presentes para confraternizar e fortalecer o Movimento.

O MMC tem atuação em diversos municípios que compõem a região por meio das organizações de municípios e regionais. É na região Oeste catarinense que surgiu o “Programa Sementes Crioulas de Hortaliças”, que faz o resgate da biodiversidade de plantas alimentícias cultivadas por gerações, principalmente pelas mulheres do campo (Gaspareto, 2018).

Assim, verifica-se que tanto o Poder Público quanto o MMC têm iniciativas significativas para o desenvolvimento sustentável da região do Extremo Oeste catarinense, inclusive, em alguns momentos, realizando projetos em parcerias e colaborações. A atuação de um movimento de base, como o MMC, e o setor público deve ser complementar e construir de forma conjunta um futuro de dignidade para as pessoas e para o cuidado com o ecossistema. Existem algumas diferenças nessas ações empreendidas, que serão analisadas no último capítulo desta dissertação.

## **4 A PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS**

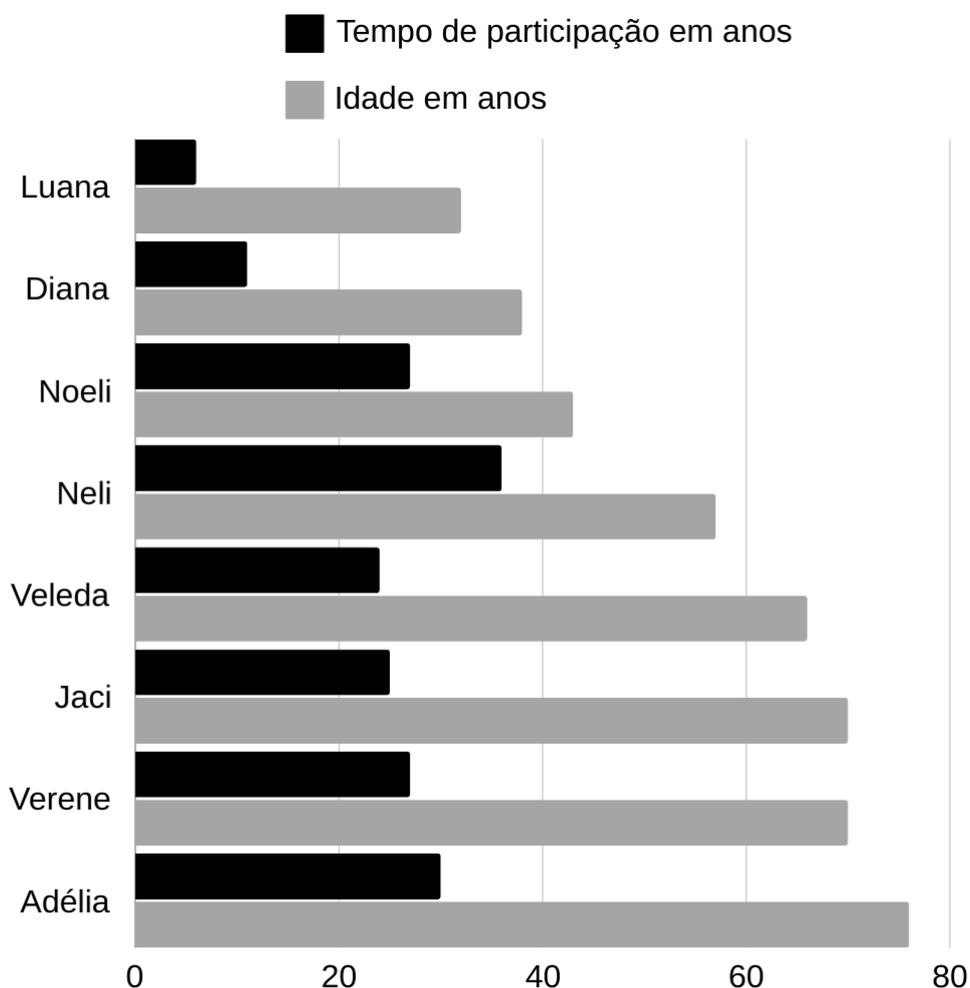
Neste capítulo, será feita uma descrição com análise dos dados coletados pelas entrevistas realizadas com mulheres do MMC-SC das regionais de Descanso e de Itapiranga, que contemplam os municípios localizados no Extremo Oeste catarinense. As entrevistas foram feitas presencialmente, em sua maioria, nas unidades de produção onde vivem as participantes, o que auxilia no entendimento das suas formas de se relacionar com o meio ambiente. As perguntas buscaram entender as trajetórias de vida dessas mulheres, suas relações familiares e sociais a partir da participação no MMC, suas práticas de cultivo, cuidados com o meio ambiente, alimentação e saúde e suas ideias e utopias para o desenvolvimento da sociedade.

### **4.1. PERFIL DAS ENTREVISTADAS**

As entrevistadas foram definidas a partir de suas localidades de residência e participação no MMC, visto que o propósito da pesquisa consistia em um estudo de caso da região Extremo Oeste catarinense. Infelizmente, o tempo para realização da pesquisa e a disponibilidade de transporte entre os municípios dificultou uma amostra maior, ou seja, um número mais amplo de entrevistadas e com mais distribuição na região definida para o estudo de caso. As entrevistadas foram selecionadas por indicação de líderes do Movimento ou por conhecimento prévio da pesquisadora.

As participantes da pesquisa são militantes do Movimento há, no mínimo, 2 anos, com trajetórias bastante distintas, tendo em comum uma enorme gratidão ao MMC pelas vivências, conhecimentos, amizades e oportunidades que este proporciona. A seguir, no Gráfico 1, serão apresentadas as idades e o tempo de participação das entrevistadas no Movimento.

Gráfico 1— Idade e tempo de participação das entrevistadas no Movimento de Mulheres Camponesas



Fonte: elaborado pela autora (2024).

No decorrer da pesquisa, foram encontradas dificuldades para identificar e entrevistar participantes do Movimento de diferentes faixas etárias, visto que existe uma maioria de mulheres de maior idade participantes de forma ativa dos encontros. O Movimento sempre dedicou energia em realizar encontros e formações focadas na juventude camponesa, pois é uma necessidade da organização dar continuidade às práticas como o cuidado com as sementes crioulas, os cuidados com o meio ambiente, o Feminismo Camponês e Popular e tantas outras lutas travadas por anos pelas militantes do MMC. No entanto, há alguns anos, percebe-se uma desmobilização, diminuição da participação das mulheres nos encontros e não

renovação das militantes, como comenta Verene (2023): “antes, a gente tinha duas líderes por comunidade, a gente conseguia reunir 30 a 40 pessoas por encontro e era bem unido, e hoje eu não consigo mais ver isso acontecer”.

Algumas das entrevistadas, como Adélia, Noeli e Verene foram líderes e representantes do Movimento em suas localidades, sendo que Adélia chegou a representar o MMC até mesmo em eventos internacionais. Noeli ainda atua na direção nacional e tem tarefas relacionadas a todos os Estados do Brasil com outras entidades e movimentos, como a Via Campesina. Neli, Veleda e Jaci enfatizam que o MMC teve uma importância muito grande em suas trajetórias, pelas vivências que tiveram, pelas formações e amizades constituídas. Luana é a mais jovem das entrevistadas e vê o Movimento como um espaço significativo para construção da sua identidade. Diane conheceu o MMC na juventude mas não conseguiu se identificar naquele momento, mais tarde, a partir da sua atuação profissional dentro de uma cooperativa de agricultura familiar com vivências práticas na agroecologia, passou a reconhecer a necessidade do trabalho do Movimento e voltou a participar, como ela mesmo afirma: “Agora, de forma mais ativa” (Luana, 2023).

#### **4.1.1 Idade, escolaridade e família**

Nenhuma das entrevistadas tem menos de 30 anos e mais da metade delas têm acima de 60 anos de idade, o que é representativo da “população”, ou seja, das mulheres que participam ou participaram do MMC na região. O envolvimento da maioria se iniciou após os 25 anos de idade, já casadas e, na maior parte dos casos, com filhos.

O grau de escolaridade também é bastante diverso, todas são alfabetizadas, mas algumas têm apenas o Ensino Fundamental I, em alguns casos, incompleto, enquanto outras têm graduação ou até mesmo pós-graduação. Dentro desse formato de ensino formal, Luana teve uma oportunidade de fazer pós-graduação sobre leis de sementes, que acabou não sendo validada por não possuir a graduação completa. Da mesma forma Adélia, que realizou uma pós-graduação e uma pesquisa no curso de pós-graduação em Realidade Brasileira, mas não teve validação por não ter curso superior. Assim como Adélia, Noeli participou desse mesmo curso com vaga disponibilizada para o Movimento e obteve certificado por

possuir graduação, além disso, cursou Teorias Sociais e Produção de Conhecimento, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e mestrado em Geografia também em vagas oportunizadas pelo MMC.

Independentemente do grau de escolaridade no ensino formal, apenas uma das entrevistadas não participou de cursos ou formações promovidos pelo MMC. Jaci chegou a declarar que “a vida camponesa era uma faculdade pra mim”, e Adélia que “tive uma formação muito especial ali, fiz uma faculdade de uma maneira diferente”. Ou seja, a densidade e a qualidade dos conhecimentos repassados em encontros e formações são comparados aos obtidos em uma universidade, mesmo que não tenham tido acesso ou oportunidade de frequentar o ensino formal.

As formações promovidas pelo MMC das quais as entrevistadas participaram foram nos temas de agroecologia, cuidados, produção e melhoramento de sementes crioulas, alimentação saudável, direitos previdenciários, feminismo e luta contra violência, formação de jovens e dirigentes e encontros para organização do movimento.

Sobre a composição da família, todas se declararam casadas, exceto Luana que possui união estável. A maioria tem filhos, entre 1 e 6, e apenas duas não têm. Os filhos são muito importantes para essas mulheres que, muitas vezes, buscam melhorar a qualidade de vida deles oferecendo alimentos saudáveis de sua produção, por exemplo. Uma das entrevistadas sofreu com a perda precoce e trágica de um de seus filhos e aponta o Movimento como um grande apoio para superar a dor da perda: “Eu tinha tanta força das camponesas quando eu perdi o meu filho, isso era muita coisa. Elas me apoiaram como podiam” (Jaci, 2022).

#### **4.1.2 Trajetórias e vivências no Movimento de Mulheres Camponesas**

Todas as entrevistadas tiveram um contato com o Movimento na década de 1990. Mesmo as mais jovens, Luana e Diane, lembram de encontros e acontecimentos dessa época em que, na região, o movimento ainda era denominado Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA). Nesse momento, havia uma mobilização social muito grande, como relembra Neli (2023), “tinha uma vez por ano esses encontros grandes em todo município, reunia todas as mulheres e ninguém ficava fora, não é que nem hoje que é difícil conseguir reunir”.

A participação nas lutas pelos direitos das mulheres do campo marca a memória das entrevistadas, conforme cita Verene (2023):

Em Brasília, quando a gente conseguiu a aposentadoria, a gente invadiu o prédio e conseguiu entrar e foi aprovado e enfim, todos os outros direitos que vieram após isso, a questão da mulher ter identidade como agricultora, ter o nome no bloco, ter direito de ser um ser respeitado, e eu acho que o movimento trouxe muitos benefícios para todas as mulheres agricultoras.

Além dessa transformação da sociedade promovida pelas mobilizações, com políticas públicas e direitos adquiridos, a transformação gerada na vida de cada uma das participantes também impacta a sociedade a partir de seus vínculos sociais. A mística sempre presente no Movimento e as trocas e as doações evidenciam que um modo de vida diferente, com base na solidariedade e no bem comum, é possível e gera frutos maravilhosos.

O que marcou também era em São Miguel do Oeste, os 25 anos, tinha uma banquinha de sementes onde tinha semente de arroz, cada uma ganhava uma medida. Estava lá eu, meu marido, minha filha e a cunhada, e todos pegamos e depois nós juntamos. Essa era uma variedade que os antigos tinham, uma variedade crioula. Eu plantei e o primeiro ano deu 13kg e aquilo foi distribuído, que as mulheres me pediam e foi para São Miguel, para Itapiranga e para todo lugar. A gente tem essa semente até hoje (Veleda, 2023).

Veleda tem até hoje o hábito de fazer o plantio do arroz, possui um descascador em sua casa e ainda faz a doação de sementes do cereal e de diversas outras cultivares para companheiras, inclusive para a família da pesquisadora deste trabalho. Noeli (2024) também cita a partilha das frutas produzidas no pomar e demais produtos da agricultura camponesa com os familiares, e Jaci (2022) cita a doação de chás como prática dentro do Movimento e, recentemente, no grupo de idosos.

#### 4.2 AS RELAÇÕES FAMILIARES E SOCIAIS DAS CAMPONESAS

Neste tópico, serão abordadas as relações familiares e sociais das entrevistadas, buscando encontrar transformações geradas pela participação no MMC, possíveis contribuições para o desenvolvimento e para a sustentabilidade. A esfera familiar é muito presente e relevante para as entrevistadas, possivelmente por

ser a base a todo o desenvolvimento de suas vidas, pois até mesmo a profissão da maioria das entrevistadas é relacionada à agricultura familiar. A maior parte delas se reconhece como agricultora familiar, entretanto, duas exercem outras atividades principais, uma em uma cooperativa e a outra na direção do MMC, ainda assim, ambas têm contato direto com a agricultura familiar. Da mesma forma, a participação social é bastante intensa, com diversas entrevistadas declarando seus espaços de liderança na comunidade.

#### **4.2.1 O impacto da família na militância**

Durante as entrevistas, fica evidente a existência de uma essência da agricultura familiar ou camponesa, onde se evidencia uma preocupação de todos os membros com a produção de subsistência e uma distribuição do excedente para os parentes que não residem no mesmo local. Em muitos casos, há uma divisão de tarefas e existe uma busca por envolver todos na dinâmica de produção agroecológica.

Como lá em casa a minha mãe gosta dessa parte (do cuidado com as sementes crioulas), eu deixo para ela. Mas eu sempre tento aprender quais são as sementes, quais são as formas de armazenar e cuidar, para que quando precisar, eu possa dar continuidade nesse trabalho (Diane, 2023).

A declaração de Diane traz dois aspectos importantes já mencionados neste início de capítulo: a divisão de tarefas presente na agricultura familiar e a preocupação com a permanência da cultura do cuidado com as sementes nas gerações futuras. É possível observar outro aspecto interessante da ancestralidade trazido pela Noeli (2024): “meu companheiro herdou do sogro esse cuidado com o plantio de tudo para alimentação. Na época de plantar, ele tira uma semana para plantar, depois limpar e cuidar.”

A relação com o companheiro ou com a companheira sempre exerce algum tipo de influência na militância, podendo ser benéfica ou um obstáculo para a participação. Todas as entrevistadas são casadas, excetuando uma que vive em união estável. O companheiro ou a companheira são importantes para possibilitar a participação, pois podem auxiliá-las ficando responsáveis pelas tarefas domésticas, pela unidade de produção e/ou pelos filhos ou, ainda, potencializar os resultados das

formações, auxiliando na aplicação de práticas agroecológicas na unidade de produção ou compartilhando ideias, a exemplo do que informa Veleda (2023):

Daí quando eu ia, assim, tipo... para Florianópolis, eu chegava, o Mário queria saber o que a gente passou e aprendeu. Por isso, sempre tinha apoio. Aí, um dia veio a Verene convidar para um evento que precisava de uma representante. Eu estava na escada e o filho do lado e ele começou a rir, a Verene pediu o motivo e ele disse que era porque daí ele podia dormir com o pai, e isso também marcava bastante. Era difícil por causa dos filhos pequenos e tudo, mas sempre tinha muito apoio da família.

O movimento fazia e faz parte das famílias, interferindo em diversos aspectos das relações, como no exemplo em que as crianças e o marido desenvolvem rotinas diferentes para gerar bem-estar, assim como a esposa participante faz questão de compartilhar suas vivências e aprendizados. Apenas uma das entrevistadas não tem filhos, portanto uma percepção positiva dessas crianças sobre a importância da participação das mães no Movimento se apresenta como um fator determinante para essas entrevistadas. Outro exemplo está presente na entrevista com Neli (2023): “no Movimento, aprendi muita coisa que podia fazer em casa depois e ensinar para os demais familiares.”

Ainda sobre os filhos, existem relatos de que a atuação no MMC acabava interferindo nessa relação pelo tempo que era demandado à participação nas atividades do Movimento:

Eu sofri bastante, mas eu fui igual, porque a gente tem que ser dona também de si e eu vi que tava me fazendo um bem danado. Só depois que ele [o marido] começou entender e depois que ele viu que eu estava escrevendo as histórias e tudo, daí ele viu que ele não podia interferir tanto. Só que eu estava vendo também que eu estava faltando em casa com os filhos menores. Mas, hoje, eu não me arrependo de nada que eu fiz. Hoje a gente tem uma vida bem legal (Jaci, 2022).

De fato, em sua pesquisa, Gaspareto (2018) também apresenta essa dificuldade de participação das mulheres no Movimento em razão das responsabilidades com os cuidados da casa e da unidade de produção, mas que, muitas vezes, também estava relacionado com uma tentativa de aprisionamento da mulher. Estar no MMC representa o contrário, representa ter liberdade para expor ideias e trocar conhecimentos, além de receber apoio em momentos de dificuldade, como conclui a própria Jaci na sequência da entrevista:

Olha, eu tinha tanta força das camponesas quando eu perdi o meu filho, isso era muita coisa. Elas me apoiaram como podiam. A Verene Ceolin vinha aqui na igreja, domingo de manhã, eu sempre puxava os cantos ali, era líder comunitária. Ela vinha ali de carro, me pegava e me levava em outra comunidade e lá eu cantava para as outras mulheres. Era uma coisa impressionante, e isso não é perda de tempo, sair para ir num encontro das camponesas (Jaci, 2022).

Esse reconhecimento do seu papel de mulher agricultora, o orgulho de desempenhar seu trabalho e, ao mesmo tempo, reconhecer que ir para um encontro é necessário para se fortalecer, é resultado de uma caminhada conjunta e transformadora para essas mulheres.

#### **4.2.2 Processo de identificação e superação das opressões**

Quando as entrevistadas são questionadas em relação à família e sociedade, em muitos casos, é citada a dificuldade de aceitação do companheiro, como é o caso do depoimento na seção anterior, em que Jaci já demonstra que, em seu caso, o companheiro apresentava algumas ressalvas à participação dela nos encontros do MMC e que, no decorrer de sua militância, por meio da visualização das histórias e canções que ela produzia, ele foi compreendendo a importância dessa atividade e que não poderia impedi-la de participar. Da mesma forma, Verene (2023) coloca que “com a família foi uma dificuldade muito grande, porque o marido não queria que eu participasse”.

Para as jovens, a postura dos pais na família também pode ser desafiadora, como no exemplo de Luana (2023):

Na minha experiência, eu já vinha com uma área interessante de cultivo, apesar de ter muitos conflitos com meu pai e algumas violências começaram a ficar muito gritantes e insuportáveis, especialmente algumas com as quais eu cresci e nunca concordei. E quando eu estive no Movimento foi mais insuportável, falei: “Não quero mais estar neste ambiente essencialmente machista, enfrentando todo dia na minha casa esse machismo que a gente vê, estuda, percebe na vida das outras companheiras”.

Os encontros promovem uma troca de informações, um debate entre as companheiras que torna evidente situações que, pelo cotidiano, tenham sido normalizadas. Essa identificação cria um sentimento de necessidade de

transformação, não apenas por elas mesmas, mas pelas que virão depois e pela sociedade como um todo.

Se eu quero avançar na questão do Feminismo Camponês e Popular, talvez eu precise romper este laço. É uma coisa que não conseguimos avançar, não só na forma dos cultivos, mas no pensamento de cultivar a terra com outra pessoa, de forma igualitária e com o mesmo poder de decisão. Eu não conseguia isso com a figura do meu pai, com a minha mãe era de boa, a gente sempre conseguia pensar juntas as poucas áreas de hortas (Luana, 2023).

Luana identifica que a prática, ou seja, as ações presentes desenvolvidas no cotidiano, precisam se transmutar para que o Feminismo Camponês e Popular resulte em melhora na qualidade de vida das pessoas e no desenvolvimento sustentável da sociedade.

Afirmar que eu não quero continuar repetindo as mesmas histórias e essas mesmas violências. Se a gente como mulher jovem na agricultura não conseguir enfrentar esse modelo, a gente vai estar multiplicando-o. E no ambiente familiar, confrontar meu pai acabava sendo extremamente desgastante (Luana, 2023).

Para muitas dessas mulheres, quando iniciam no Movimento, reconhecer as violências de gênero presentes nas suas relações familiares é a primeira transformação nas suas vidas. Diversas questões normalizadas no cotidiano por meio da socialização patriarcal ou cultural são percebidas como injustas e opressoras a partir dos diálogos nos encontros. Apesar de contribuir para a libertação, é um processo doloroso que pode se iniciar ali. Repensar as relações familiares a partir das discussões sobre o Feminismo Camponês e Popular é parte da práxis do MMC, em que se vivencia uma metodologia que tem origem na prática e esta é analisada pela teoria crítica, que requer uma devolutiva em uma nova prática (Gaspareto, 2018).

O descumprimento de combinados, o desrespeito com a opinião e a desigualdade no poder de decisão, geram uma sensação de impotência frente às situações de violência familiar. Apesar de doloroso, o processo de se desvincular de uma relação que apresenta episódios de violência pode contribuir para a qualidade de vida posterior.

### **4.2.3 Potencialização dos processos formativos do Movimento de Mulheres Camponesas por meio da família**

Quando a família compartilha dos ideais da agricultura camponesa aprendidos no Movimento, da visão de cuidado com os recursos naturais, a casa ou a propriedade familiar, ela pode se transformar em um ambiente muito positivo. Por exemplo, no caso de Noeli, em que é seu marido que tem mais disponibilidade de tempo para produção de alimentos e, por isso, ele realiza uma prática agroecológica em consonância com os ideais de sua companheira. Em parte, essa prática é herdada do pai e, em parte, por ter desenvolvido trabalhos na propriedade de uma militante com muitos anos de história no MMC: “Mas isso [ter práticas mais agroecológicas] é um processo que a gente tem que ir construindo, e acho que uma das coisas boas nesse sentido é que meu companheiro trabalhou alguns anos com a Maria Helena e ali ele aprendeu muito” (Noeli, 2024).

Como o trabalho de manejo ecológico com as plantas e o cultivo da diversidade, às vezes, demandam mais mão de obra e dedicação, é importante a participação familiar e a divisão de tarefas. Conforme Verene, “o que nós plantamos, o arroz, o milho, feijão que nós plantamos, são todos crioulos e eu fico mais na biodiversidade de plantas medicinais. Então, ele fica mais nas comidas e eu nos chás” (Verene, 2023).

A questão familiar também é determinante para o envolvimento das jovens com o MMC, como cita Dianeia: “Meu pai começou a construção de uma agrofloresta que hoje usamos para visitação com turismo rural” e Luana reconhece que “agora eu vivo com a Jasmim há algum tempo e é outra rela o, às vezes, eu digo que a gente vive a utopia do Feminismo Campon es e Popular, mas é porque são duas figuras femininas pensando tudo, todo o plantio, e é outra rela o”. Assim sendo, o convívio diário com quem apoia os ideais da agricultura camponesa pode ser uma forma de potencializar e estimular a participa o no MMC.

### **4.2.4 A participa o social como complementa o da militância camponesa**

As entrevistadas são hoje, ou foram no passado, muito atuantes no Movimento, seja em sua comunidade rural, em sua cidade, na região, no Estado e no País e, em alguns casos, em outros países. Independentemente da dimensão

geográfica de atuação, as vidas das entrevistadas estão muito relacionadas com a partilha entre as pessoas que as cercam.

Eu tinha um monte de alface ali na horta, tive que vir duas vezes buscar e doar para a comunidade. Eu também pedia para as pessoas da comunidade, quem tivesse para doar, sempre tinha muita coisa. Eu acho que toda líder camponesa é uma representante da comunidade, ela tem sempre que se dedicar para a comunidade que ela pertence (Jaci, 2022).

A participação comunitária é presente e necessária para as entrevistadas, a coletividade é que dá sentido para a agroecologia, para a vida e é onde podem compartilhar os conhecimentos. Além das comunidades rurais, muitas vezes vinculadas também à Igreja Católica, os grupos de agroecologia são espaços de convivência social que as entrevistadas consideram importantes: “Eu também participei durante vários anos da agroecologia aqui de Tunápolis, que depois foi fechado. Lá também a gente aprendeu bastante sobre coisas naturais e não usar agrotóxicos” (Neli, 2023). Neli cita uma organização criada no município de Tunápolis com o propósito de fomentar a agroecologia, criando uma rede para acessar assistência técnica, selos de certificação orgânica e auxiliar no processo de comercialização da produção das famílias.

Diferentemente da agricultura convencional, que tem empresas e muito investimento no seu entorno, a agroecologia se constrói na base do Movimento, por meio de encontros e partilha de conhecimentos. Talvez por isso esses grupos que se formam sejam tão importantes, pois é com eles que a práxis (prática-teoria-prática) pode se desenvolver.

E o que mudou bastante pra mim foi essa mudança de uma convivência social que é muito mais nutritiva e uma troca muito maior com as pessoas afins na comunidade, no município e na região. Comecei a conhecer mais o pessoal da agroecologia, o pessoal que tá ligado com a agroecologia e também o reconhecimento por estar como mulher camponesa, e aí comecei a dar palestra para o Movimento ou por ser do Movimento, então, isso foi muito construtivo da figura que eu sou hoje, foi uma escola pra mim (Luana, 2023).

Em alguns casos, o MMC é o espaço que proporciona a acolhida dessas mulheres na sociedade, apresentando, para além dos espaços exclusivos do Movimento, outros que o complementam e engrandecem. A convivência social, às vezes, se dá por meio de mutirões para plantio e colheita de alimentos, preparação

de carnes, entre outros. Esses encontros auxiliam no manejo agroecológico e fortalecem vínculos:

Em casa, quando a gente carneava um porco, todos vinham pegar um pedaço. E depois, quando os outros abatiam um animal para consumo, a gente ganhava também. Isso não deveria ter acabado. Assim, hoje, parece que cada um só pensa no seu e não tem mais essa coletividade (Neli, 2023).

Luana cita uma situação vivenciada por ela que pode ser considerada exemplo de desenvolvimento sustentável, no qual famílias convivem de forma coletiva para possibilitar que os cultivos sejam feitos sem a utilização dos defensivos agrícolas.

Depois, eu imagino uma vivência muito mais comunitária em relação à terra e aos cultivos. Que as famílias possam sim ter suas terras, mas as produções grandes possam ser feitas em comunidade. Eu vivi isso na Argentina uma vez, as famílias tinham suas pequenas produções, mas as grandes produções, como arroz e trigo, que davam mais trabalho por serem cultivadas sem venenos, eram feitas em conjunto. Que consiga pensar de forma comunitária as grandes produções, porque acho que uma hora vamos ter que deixar de lado essa história de usar veneno (Luana, 2023).

Esses manejos coletivos da terra, com práticas agrícolas desenvolvidas pela comunidade unida, são citados por alguns autores (Mollison; Slay, 1998) como uma forma de se ter uma nova relação com a terra e a natureza, com um entendimento de que o ser humano é parte desse agroecossistema e não dono. Isso demonstra a estreita relação entre formas de organização da sociedade e o ambiente natural.

Em alguns momentos, ser mulher camponesa e organizada em um movimento social pode, inclusive, proporcionar oportunidades, como no caso da Luana que passou a ser reconhecida em diversos espaços como guardiã de sementes crioulas ou, ainda, como Adélia, que teve oportunidades incríveis a partir da sua trajetória no Movimento.

Como coordenação nacional, eu também tive muitas oportunidades, eu participei na maioria dos Estados, em vários países da América Latina. Eu tive a oportunidade de ir no Fórum Social Mundial na Índia<sup>13</sup>. Foram experiências muito ricas. Imagina a gente do outro lado do mundo, eu falei sobre a produção de sementes crioulas das mulheres camponesas de Santa Catarina lá na Índia. E assim, também, eu sempre fui muito respeitada nos

---

<sup>13</sup> O Fórum Social Mundial (FSM) é um evento organizado por movimentos sociais com participação de vários continentes, que busca construir alternativas para uma transformação social do mundo.

conselhos que eu participei por causa da minha participação [no Movimento] (Adélia, 2023).

A participação de Adélia nesses eventos, conselhos e demais espaços por ela citados, representa um reconhecimento de seu trabalho e a importância das bandeiras que ela e o MMC defendem. Em especial, o cuidado com as sementes crioulas, a preocupação com a segurança e a soberania alimentar, a assistência social e os direitos das mulheres agricultoras (identidade, nome no bloco de produtor rural, licença-maternidade).

#### 4.3 PRÁXIS DA MULHER CAMPONESA

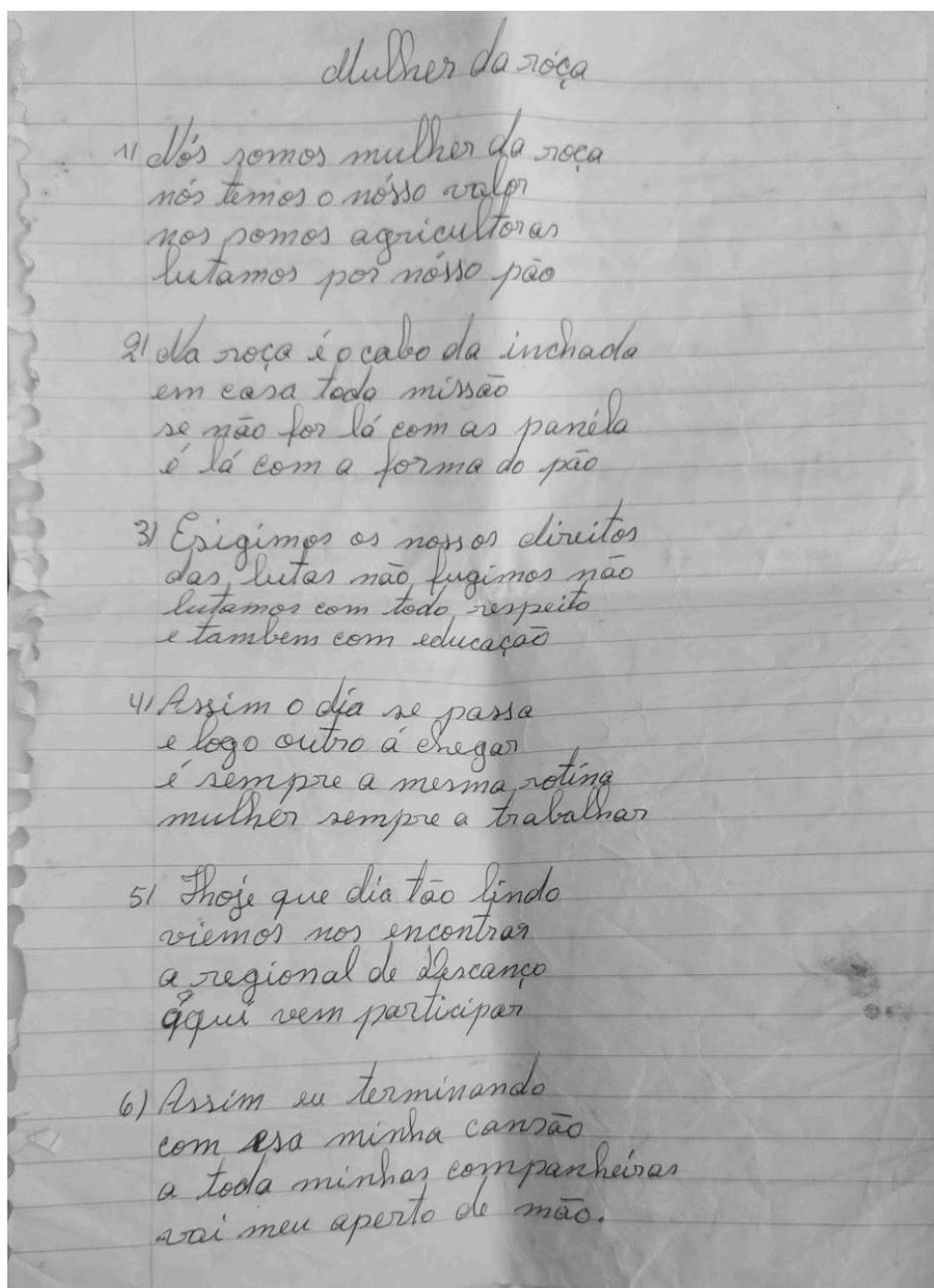
Nesta seção, serão apresentadas diversas situações de prática-teoria-prática que ocorrem dentro do MMC-SC, não exclusivamente. São projetos e missões do MMC apresentados na perspectiva das próprias participantes. Em especial, práticas relacionadas ao feminismo, à agricultura e ao meio ambiente serão apresentadas.

##### **4.3.1 Transformação das relações a partir do Feminismo Camponês e Popular**

Algumas mulheres alegam que seus maridos ou familiares próximos repudiam ou desaprovam a sua participação no Movimento e que essa é uma grande dificuldade para que possam ser militantes e que, apesar disso, continuaram participando por reconhecerem a importância do Movimento. Após muitos anos, elas entenderam que essa atitude de continuar, apesar do desestímulo, foi importante e que conseguiram em vários aspectos, crescer e se libertar por meio do MMC.

A seguir a Fotografia 4 apresenta letra de uma música, escrita à mão por Jaci, que exemplifica a visão que as militantes tinham do Movimento e de como passavam a se reconhecer como camponesas. A canção foi composta especialmente para um encontro que ocorreria em Descanso, como parte da mística.

Fotografia 4 — Letra da música composta por Jaci para um encontro em Descanso/SC



Fonte: fotografia registrada pela autora (2023).

A composição de Jaci (2022) traz um retrato de como o Movimento auxiliou no processo de reconhecimento e valorização dessas mulheres por elas mesmas, o reconhecimento das suas duplas jornadas de trabalho, nos lares e na roça. Elas se motivam e se unem por meio da luta por melhores condições, não apenas para si, mas para todas as companheiras que têm vivência semelhante. Demonstrar essas

vivências pela arte também evidencia como a cultura e a educação são parte importante do MMC.

#### **4.3.2 Produção de alimentos saudáveis e sementes crioulas**

As entrevistadas vivem todas no campo e têm práticas relacionadas à agroecologia, cultivando seus “quintais produtivos” em parceria com seus familiares. As áreas de cultivo não passam de alguns hectares, uma área pequena comparada às áreas destinadas ao agronegócio na região e ainda menor se comparada às áreas do agronegócio em outras regiões do País. Apesar disso, muitas delas alegam que essa produção de alimentos saudáveis gera grande autonomia: “somos praticamente autossuficientes” (Neli, 2023).

Nessas áreas pequenas, elas produzem muita diversidade, é onde as famílias mantêm as variedades de cultivares crioulos. É o espaço onde se cultivam hortaliças, batatas, mandioca, milho, amendoim, arroz, feijão e plantas medicinais.

Algumas mulheres também comercializam o excedente de produção, como é o caso da família de Diane (2023), que vende os produtos cultivados na propriedade para a fabricação da merenda escolar, e Veleda que comercializa a quantidade não consumida pela família, como melado e açúcar mascavo, por exemplo. Veleda ainda comenta que “as pessoas buscam por ser um alimento mais saudável, sem veneno” e, em outro momento, ainda complementa que “estão procurando o natural, têm dinheiro, mas não têm mais quem produz”. Essa fala evidencia que essa produção não está ligada apenas a um valor econômico, mas a um investimento em saúde e cuidado com o meio ambiente.

#### **4.4 ALIMENTAÇÃO E PLANTAS MEDICINAIS COMO ESTRATÉGIA DE CUIDADO COM A TERRA E COM A SAÚDE**

A alimentação é citada por todas as entrevistadas em algum momento. Percebe-se que é um elemento central em suas vidas, bem como para o MMC e para o desenvolvimento sustentável, a partir da visão delas. As camponesas identificam o sistema alimentar atual como uma ameaça à saúde das famílias e que

a visão do Movimento, que é transferida para a comunidade, é uma forma de resgatar boas práticas para uma alimentação saudável:

Tinha muita gente que participava e isso ia para as comunidades. Da alimentação, de cultivar as próprias comidas, porque o pessoal começou a comprar tudo pronto e o Movimento sugeria para não comprar pronto, para plantar (Veleda, 2023).

Hoje, verifica-se que essa orientação está correta, inclusive é apresentada pelo Guia Alimentar para a População Brasileira<sup>14</sup>, a principal estratégia para diminuir o consumo de ultraprocessados e utilizar mais a alimentação caseira. Como diria Velleda (2023), “O movimento ensinava a importância de cultivar as próprias comidas. A saúde entra pela boca”.

Dentro de movimentos relacionados ao cuidado com o meio ambiente por meio da não geração de resíduos, como o “lixo zero”, também se utiliza o jargão “desembalar menos e descascar mais”. Quanto mais próximo da “terra”, ou seja, da colheita, no ciclo de vida do alimento, menos processado ele será, menos energia de transporte terá sido demandada, mais próximo da cultura local ele estará.

A agroecologia que vem reforçar essas concepções em torno de boas práticas alimentares é vista pelas mulheres camponesas do MMC como uma estratégia para o manejo ecológico dos agroecossistemas e a forma de produzir alimentos saudáveis: “A agroecologia é um modo de produção e vida que leva em conta o cuidado da natureza, o cuidado do alimento, a soberania alimentar da família, o alimento acessível para as pessoas que não produzem” (Luana, 2023). Para Diane, “o MMC tem muito essa questão dos chás, dos fitoterápicos, e dos alimentos como forma de cuidar da saúde. Essa parte da alimentação preventiva” (Diane, 2023).

#### 4.5 PERSPECTIVAS E UTOPIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para que a sociedade atinja o desenvolvimento sustentável que as mulheres camponesas entrevistadas desejam, seria preciso passar por grandes

---

<sup>14</sup> O Guia Alimentar para a População Brasileira é um manual produzido pelo Ministério da Saúde que orienta sobre formas de se desenvolver uma alimentação saudável. Em sua versão de 2014, apresenta a importância de alimentos *in natura*, minimamente processados e caseiros e considera que os ultraprocessados devem ser evitados.

transformações sociais. Um dos primeiros elementos presentes nas respostas é referente à distribuição de riquezas, o direito de acesso à terra para quem quer nela produzir. Noeli faz uma fala potente sobre as mudanças que acredita serem necessárias para um desenvolvimento realmente sustentável existir:

Romper com a estrutura capitalista, patriarcal e racista que é a base da exploração, da destruição, do roubo dos territórios, do empobrecimento. A violência que as mulheres sofrem, que os negros e as negras sofrem, os quilombolas sofrem, as comunidades tradicionais, está muito ligada à agricultura capitalista e também ao racismo (Noeli, 2024).

Essa visão de necessidade de ruptura com o sistema não é identificada nas concepções de desenvolvimento da ONU, por exemplo, mas é presente no bem-viver e no ecofeminismo. A exploração é a base do sistema capitalista e, portanto, não existe a possibilidade de um desenvolvimento nesse sistema respeitar todas as vidas e ecossistemas. A vida no capitalismo acaba colocando as pessoas em uma dinâmica de consumismo, gerando infelicidade, como comenta Verene (2023):

“não adianta ter [bens materiais] em excesso e ser infeliz. Hoje a gente está num mundo capitalista, onde a gente corre, corre, corre, mas não chega em lugar nenhum. Não vive o plano divino de evoluir aqui na Terra. Porque se a gente pensasse mais no ser do que no ter, já seria um paraíso aqui na Terra”.

Outro tópico imprescindível é a convivência coletiva, o compartilhamento da vida com a comunidade, trabalhos em mutirão em oposição a um modo de vida com individualismo vivenciado na atualidade. Esse jeito de viver mais presente no passado, na agricultura camponesa, faz refletir, “hoje parece que cada um só pensa no seu e não tem mais essa coletividade” (Neli, 2023). Luana (2023) apresenta esse modo de vida como uma solução para a transição agroecológica, “pensar de forma comunitária as grandes produções, porque acho que uma hora vamos ter que deixar de lado essa história de usar veneno”, e para trazer mais alegria e bem-viver para o cotidiano do campo, complementa: “ter diversidade, as comunidades fazendo festas para trocar as variedades”.

As trocas e doações são um diferencial das camponesas, que mostram uma relação diferente com os recursos e com o excedente. A terra deve servir primeiramente para alimentar a todos e não ao acúmulo para uma parcela da

população. Da mesma forma, o conhecimento e os saberes devem ser partilhados para terem significado.

Outro elemento necessário para que o projeto de agricultura camponesa e agroecológica do MMC possa se tornar realidade em mais propriedades e que possa garantir uma vida digna para as trabalhadoras e trabalhadores que a praticam é apresentado por Noeli (2024):

Acho que se tivesse essa possibilidade de ter mais recursos a gente ia transformando a sociedade. É um sonho, é uma luta, é um horizonte do Movimento, porque nossa missão é libertar da opressão e discriminação das mulheres, a questão do projeto popular da agricultura camponesa agroecológica feminista e a transformação da sociedade. Então, a gente já tem um entendimento de que essa sociedade não serve, que a gente precisa transformar.

Todos esses elementos trazidos pelas camponesas vão além da Agenda 2030, corroboram com o projeto da agroecologia, do bem-viver e dos ecofeminismos e podem ser também objetivos necessários para um desenvolvimento realmente sustentável. Por fim, é importante trazer a fala de Diane (2023) de que “conscientização dos jovens para esse olhar mais cuidadoso para as plantas, animais, água, terra”, pois é também o cuidado e a responsabilidade com o futuro que podem gerar uma transformação social.

## **5. UM AMANHÃ AGROECOLÓGICO E FEMINISTA**

Este último capítulo é composto por uma análise entre ações e projetos empreendidos no MMC e em prefeituras, na Ameosc e nas demais entidades na região do Extremo Oeste catarinense e sua contribuição para o cumprimento da Agenda 2030 da ONU. Serão considerados os 17 ODS e apontadas apenas metas que forem pertinentes. Como a perspectiva de desenvolvimento das diferentes entidades analisadas, principalmente do MMC, não é totalmente suprida nos ODS, será feita uma análise final sobre essa diferença, o que separa essas visões em torno da concepção de desenvolvimento.

### **5.1 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO EXTREMO OESTE CATARINENSE**

A Agenda 2030 proposta pela ONU em 2015 possui 169 metas consideradas importantes para o desenvolvimento sustentável. Essa Agenda é utilizada como Norte em projetos públicos e privados e deveria estar presente no planejamento das cidades. A seguir, será feita uma análise de cada ODS na região de estudo.

#### **5.1.1 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares**

Primeiramente, esse objetivo tem resultados bastante positivos no Estado de Santa Catarina, tendo o menor percentual de pessoas em pobreza extrema no Brasil, com 1,8% da população nessa faixa (IBGE, 2023). A referência para determinar essa categoria para o IBGE foi de US\$2,15 e, na meta do ODS, é utilizado US\$1,90 por dia. Mas, como a meta prevê a erradicação desse nível de pobreza, ainda há uma caminhada a ser percorrida.

A meta 1.4 que apresenta, entre outras coisas, o acesso à terra a todos os homens e mulheres é uma das bandeiras do MMC, que luta por esse direito principalmente para as mulheres e, em especial, defende a bandeira da Reforma Agrária como estratégia de diminuição das desigualdades e melhoria da produtividade no campo. O aspecto da redução das desigualdades é visto como uma solução para a pobreza e parte do projeto de sociedade das mulheres camponesas, mas que não chega a ser citado nas metas específicas. “Se não

tivesse essa concentração de riqueza, seria possível todos terem dignidade, comida, casa, trabalho, mas a desigualdade é muito grande e ela gera muitos problemas” (Adélia, 2023).

Essa luta do Movimento pela redução das desigualdades aparece nas entrevistas, em que as mulheres defendem que, para o desenvolvimento da sociedade, “todas as pessoas precisam ter acesso à terra para produzir ou acesso ao trabalho com salário justo, casa, comida, oportunidade de lazer, estudar, ter tempo para isso, que todo mundo trabalhasse o necessário para viver e não vivesse para trabalhar” (Noeli, 2024). A declaração da militante vai além do encontrado nas metas dos ODS, vai em direção ao que defende o bem-viver.

### **5.1.2 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável**

É nesse objetivo que se enquadra grande parte das ações identificadas nesta pesquisa, tanto no MMC quanto nas prefeituras e demais entidades que promovem o desenvolvimento na região do Extremo Oeste catarinense. Segurança alimentar e agricultura sustentável são temáticas muito relevantes nessa região que tem uma população rural e urbana com proporções parecidas. Desse modo, há certas semelhanças na concepção de desenvolvimento sustentável para o Movimento com relação a outros setores da região.

Uma das metas descreve os sistemas de consórcios<sup>15</sup> e de agricultura sintrópica<sup>16</sup> que são amplamente discutidos e trabalhados dentro dos movimentos de agroecologia e do MMC.

2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo (Organização das Nações Unidas, 2015, p.20).

Da mesma forma, as técnicas de manejo conservacionista do solo e da água difundidas pela Epagri e a técnica de terraços no “Projeto Plantando Água”

---

<sup>15</sup> Plantas que ao serem cultivadas no mesmo espaço se beneficiam mutuamente.

<sup>16</sup> Forma de agricultura que se inspira na sucessão florestal e em relações sintrópicas entre as plantas.

corroboram com essa meta. Esse é, inclusive, o propósito maior desse último projeto, gerar resiliência dos sistemas das secas.

O trabalho de cuidado com a diversidade, bandeira do MMC e tema central de tantas campanhas e projetos, também aparece nas metas desse objetivo:

2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente (Organização das Nações Unidas, 2015 p. 21).

A valorização dos saberes tradicionais é uma realidade da agricultura agroecológica e existe uma preocupação de que esse conhecimento seja valorizado e não apropriado de forma injusta. Essa meta se relaciona diretamente com uma alimentação saudável, diversa e nutritiva, pois se há diversidade de cultivares, haverá acesso à diversidade de nutrientes e, portanto, mais saúde.

### **5.1.3 Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades**

Este objetivo é amplamente desenvolvido no Brasil graças ao Sistema Único de Saúde (SUS), que é defendido veementemente pelo Movimento. Questões relacionadas à natalidade, mortalidade infantil e prevenção de doenças são trabalhadas por meio de programas nesse Sistema que é de âmbito nacional. Ter esse tipo de atendimento é, inclusive, uma das formas de cumprir a meta “3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos” (Organização das Nações Unidas, 2015, p. 22).

Outra meta com a qual é possível identificar uma contribuição que se apresenta em algumas práticas das mulheres camponesas e também em algumas ações da Epagri, em especial as ações de fomento da agricultura conservacionista, é a de “reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo” (Organização

das Nações Unidas, 2015, p. 22), por meio da promoção e do desenvolvimento de uma agricultura com menos agrotóxicos.

Destaca-se também outro momento em que o MMC fez a diferença na questão da saúde, foi durante a pandemia de covid-19. Enquanto, no Brasil, uma onda de negacionismo científico dominou grandes massas da população, convencendo muitas pessoas a se oporem à vacinação, o Movimento criou campanhas desmistificando questões que geravam dúvidas, alertando sobre a importância da defesa do SUS, aconselhando sobre a importância dos cuidados preventivos e incentivando a vacinação como estratégia de cuidado da saúde coletiva.

#### **5.1.4 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos**

A conquista dessa meta está presente na realização das fases municipais da Conae, em que diversos municípios divulgam essa atividade que ocorre em nível nacional. Os sete eixos de discussão apresentam todas as metas previstas na Agenda 2030. A maior parte dos estudantes da região do Extremo Oeste catarinense é matriculada na educação pública, da Educação Infantil ao Ensino Médio.

A educação nessa região realiza diversas ações para promover um ensino voltado ao desenvolvimento sustentável, em projetos e ações que, em alguns casos, são organizados por meio de parcerias com outros setores ou entidades, contribuindo para a seguinte meta:

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (Organização das Nações Unidas, 2015, p. 23).

O setor da educação dos municípios, por meio das redes municipais, estaduais e do IFSC, cria projetos que divulgam a Agenda 2030, promove boas práticas de cuidado com o meio ambiente, consumo responsável por intermédio das

feiras de trocas, parceria para fazer atividades de cuidado com a água, entre tantas outras ações apresentadas no capítulo 3.

Infelizmente, a meta “4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade” (Organização das Nações Unidas, 2015, p. 23) ainda está distante da realidade regional pois existe apenas uma instituição de ensino superior e técnico pública na região, o IFSC, Campus São Miguel do Oeste.

Porém, muitos cursos e espaços de trocas de conhecimento são promovidos por entidades, por exemplo, setores municipais de assistência social e Epagri, para garantir uma educação contínua ao longo da vida. Nesse sentido, o MMC também tem esse como um dos pilares da sua atuação, proporcionando às participantes do Movimento diversos cursos de formação em temas relacionados à agroecologia, Feminismo Camponês e Popular, alimentação saudável, saúde integral, entre tantos outros temas que promovem o desenvolvimento sustentável e geram qualidade de vida. Além disso, o Movimento dá a oportunidade para algumas de suas militantes, como é o caso da Luana, da Adélia e da Noeli, de fazer uma pós-graduação com bolsas do MMC.

### **5.1.5 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas**

A partir das entrevistas, percebe-se que um dos maiores legados do MMC é a conquista de direitos para empoderar as mulheres por meio, principalmente, do direito à aposentadoria, ao salário-maternidade e à identidade. Além disso, conforme apresentado no capítulo anterior, o Movimento transforma a vida dessas mulheres, mostrando que existem outras perspectivas de relação e que seu trabalho desenvolvido para a família e dentro do lar, o chamado trabalho reprodutivo, é importante e deve ser valorizado. Também é por meio de espaços de debate sobre esses temas que “as companheiras” (forma de tratamento usado por elas no Movimento) vão melhorando suas condições de vida e suas relações familiares, dividindo tarefas e recebendo mais respeito social, o que vai ao encontro da meta “5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado,

por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais” (Organização das Nações Unidas, 2015, p. 24).

A participação política é outra pauta abordada no Movimento e incentivada nas participantes: “a participação política das mulheres, muitas acabaram se tornando lideranças nos seus espaços e concorreram a espaços políticos partidários e, nesse período, também teve uma contribuição importante” (Noeli, 2024). Um grande exemplo disso é a eleição de Luci Choinacki<sup>17</sup> como representante do MMC à deputada estadual em Santa Catarina.

Uma ação de empoderamento feminino interessante é o projeto “Mulheres em Movimento” promovido pelo município de Princesa, com formações importantes em temas diversos e aberto a todas as munícipes. É importante destacar que essa cidade tem na gestão municipal uma vice-prefeita.

### **5.1.6 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos**

A preocupação com a água na região do Extremo Oeste catarinense é notável. As questões relacionadas ao abastecimento de água potável para a população são identificadas em diversos municípios, o que é justificável pela importância que esse aspecto tem para a qualidade de vida dos munícipes. Em Descanso, foi feito um investimento no sistema de abastecimento em parceria com a Casan e, em Itapiranga, foi criado um programa, por meio da Lei Municipal nº 3.534/2022, voltado à sustentabilidade hídrica, em que se disponibilizou incentivo financeiro aos produtores rurais que fizeram investimentos relacionados à captação, armazenamento e distribuição de água.

Nas unidades produtivas das mulheres camponesas, é possível perceber que existe uma preocupação com a água e uma sensibilização sobre a sua importância. Foram citadas práticas de coleta e aproveitamento da água da chuva, de proteção de fontes e, até mesmo, manejos de plantios de árvores e cuidado com cobertura do solo como contribuições das entrevistadas com o cuidado da água.

---

<sup>17</sup> Luci Choinacki foi Deputada Estadual de 1987 a 1991 e Deputada Federal nos seguintes mandatos: 1991 a 1995, 1999 a 2003, 2003 a 2007 e 2011 a 2015.

As camponesas Noeli e Luana comentam sobre a dificuldade de aplicar alguns conceitos aprendidos no Movimento, que contribuem no manejo sustentável do solo e da água, por questões culturais. Noeli (2024) fala sobre manter plantas espontâneas para cobertura do solo, explica que é cultural fazer a “limpeza” dos espaços, principalmente de roças, e Luana (2023) comenta que, apesar de saber que o revolvimento do solo pode causar erosão e perda do solo na área de lavoura, ainda sente essa necessidade em alguns cultivos.

Nota-se que existe acesso à informação por parte das mulheres que participam do Movimento, existe a preocupação com o meio ambiente, mas a prática acaba sendo desafiadora por questões que vêm de elementos socioculturais. Ainda assim, é notável que há um esforço em transformar a prática para que ela esteja coerente com as teorias da agricultura camponesa.

#### **5.1.7 Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos**

O Brasil possui uma matriz energética composta, em uma grande fração, por fontes renováveis, como a hídrica, a eólica e a de biomassa, e talvez por esse motivo, este objetivo não receba tanto enfoque em nosso País. O que não quer dizer que não exista a preocupação com a utilização consciente desse recurso.

Em alguns municípios da região do Extremo Oeste catarinense, houve investimentos na substituição de lâmpadas pela tecnologia de LEDs, que deve retornar em diminuição de consumo de energia e, como consequência, em economia financeira para os cofres públicos. Existe também a tendência de os municípios investirem em energia solar com o mesmo propósito de diminuir o consumo de energia da rede, utilizando a energia produzida localmente e gerando economia para os municípios.

#### **5.1.8 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos**

É importante lembrar de toda a luta para o reconhecimento da mulher agricultora como profissional, o reconhecimento da geração de renda que seu

trabalho com as “miudezas” representa, entre outros. Mas essas conquistas, apesar de importantes, já foram bastante expostas e tratadas em outros trabalhos e considera-se importante avançar para além disso. Pode-se trazer um tópico importante para a geração de renda a partir da base agroecológica, apontado por Noeli (2024):

E outra coisa, para mudar esse sistema todas as políticas públicas precisam estar voltadas para o desenvolvimento. Por exemplo, agora que temos o debate para o Plano Safra, o recurso que vai para o agronegócio é infinitamente maior do que o que vai para a agroecologia. E sem falar que para a produção agroecológica é muito difícil ter um financiamento sem juros ou facilitado. Porque, por exemplo, a agroecologia é um todo e não um monocultivo, e para acessar todos os cultivos estão em “gavetas” e não na biodiversidade.

O desenvolvimento da agricultura de base agroecológica defendida pelo MMC apresenta algumas dificuldades, entre elas, o crédito. Apesar de ser uma prática que contribui com tantos dos ODS citados nesta pesquisa, na prática, é uma agricultura que não é favorecida por políticas públicas da mesma forma que o agronegócio.

Outro tópico relativo à prática das mulheres camponesas que diz respeito à renda é a identificação da qualidade de vida que conseguem acessar vivendo no campo e que proporcionam para seus familiares. Os alimentos produzidos por elas geram alimentação saudável e economia para todos.

Já nos municípios da região do Extremo Oeste catarinense, identifica-se a existência de incentivos por parte das prefeituras para pequenos e novos empreendimentos. Um exemplo disso é a sala do empreendedor, criada em parceria das prefeituras com o Sebrae, que proporciona consultorias, cursos e orientações básicas.

Um setor econômico que se destaca na preocupação com a sustentabilidade é o turismo regional, que tem valorizado experiências em contato com a natureza, com o modo de vida rural simples e com resgate de práticas agrícolas tradicionais sustentáveis. Também há uma disseminação e um incentivo por parte da Ameosc para a prática do cicloturismo por meio da criação de dois circuitos na região da IGR — Caminhos da Fronteira.

### **5.1.9 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.**

A infraestrutura das rodovias do Oeste catarinense é um grande obstáculo para o desenvolvimento da região. As más condições destas influenciam na segurança da população regional e geram perdas de produção e prejuízos econômicos, por exemplo, no transporte de cargas da produção agrícola até os silos de armazenamento. Um projeto que pretende auxiliar esse aspecto é a usina de asfalto instalada em São Miguel do Oeste para atender a região da Ameosc.

“Wilson Trevisan [Prefeito de São Miguel do Oeste] destaca que foram várias idas à Brasília para articular a liberação dos recursos, e o trabalho foi coordenado pela AMEOSC e CONDER (Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional), sob a liderança, principalmente, dos prefeitos Claudio Junior Weschenfelder (Guarujá do Sul), Jorge Welter (Itapiranga) e Genésio Bressiani (Belmonte)”(São Miguel do Oeste, 2018).

Espera-se que esse investimento tenha um impacto positivo no desenvolvimento da região, tendo em vista a estimativa de queda do custo no valor do asfalto praticado em mais de 50%.

### **5.1.10 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles**

A redução das desigualdades é citada pelas entrevistadas como forma de atingir o desenvolvimento sustentável, ou seja, outros ODS seriam muito mais facilmente atingidos se houvesse uma sociedade menos desigual. Nesse sentido, uma das bandeiras apoiadas pelo Movimento a Reforma Agrária, que facilitaria o acesso à terra por quem quisesse produzir nela. Infelizmente, essa não é uma visão presente nos objetivos. Na região do Extremo Oeste catarinense, não foram identificadas grandes ações ou projetos com enfoque na redução das desigualdade; porém, nos municípios, existem setores de assistência social que, muitas vezes, auxiliam populações de baixa renda proporcionando oportunidades de melhoria de vida por meio de cursos de qualificação, que podem ser uma oportunidade de geração de renda, e também da educação, que discute alternativas para solucionar esse problema que assola a humanidade.

### **5.1.11 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**

A região do Extremo Oeste catarinense é composta por uma fração próxima a 50% da população no meio rural, na maioria das cidades. A vida no campo proporciona uma “vantagem” no sentido da resiliência, como apresenta Luana (2023):

Às vezes, a economia financeira não vai tão bem, mas tem verduras na horta, tem frutas no pomar e a gente tem certeza que a nossa vida hoje só é possível, com a nossa qualidade de vida, porque a gente vive no interior. Se a gente fosse comprar no mercado tudo que a gente consome hoje, não seria possível.

Esse contato próximo com a agricultura é perceptível também dentro dos ambientes das cidades, onde é comum as práticas de agricultura urbana, por exemplo, que promovem um ambiente urbano mais resiliente e sustentável.

### **5.1.12 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis**

No MMC, a discussão sobre formas de economia mais humanas e menos agressivas ao meio ambiente, como a economia solidária e a economia local, é presente. Ou seja, existe um entendimento de que “o que” e “como” se consome pode resultar em um determinado tipo de desenvolvimento. É comum a prática de feirinhas para comercialização da produção e dos artesanatos, um exemplo prático dessas formas de economia.

Infelizmente, muitas vezes, a produção agroecológica das mulheres camponesas acaba sendo inviabilizada economicamente, apesar de ser sustentável ambientalmente, como relata Neli (2023): “Nós tínhamos plantado bastante cana-de-açúcar e começamos a vender melado, mas aí todo mundo começou a produzir e vender e nós paramos. Depois, começamos a criar galinhas caipiras, mas aí nas licitações acabavam pegando frangos do mercado que ficavam num preço mais barato. Não valia a pena colocar as galinhas caipiras no preço mais baixo pelo custo de produção.”

A produção para o autoconsumo, apesar de não ser citada como meta da agenda, é uma prática de consumo sustentável por possuir uma pegada de carbono e ecológica mínimas.

O Programa “Penso, Logo Destino” do IMA também é uma forma de estimular o consumo sustentável e de responsabilizar consumidores, comerciantes e indústrias para efetivar a PNRS.

### **5.1.13 Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos**

As mudanças climáticas são uma realidade global mas, na região do Extremo Oeste catarinense, ainda gera poucos debates e ações a respeito. O que pode ser destacado nesse sentido é a divulgação do conceito e das práticas de agricultura regenerativa, algumas campanhas educacionais sobre consumo consciente e, dentro do turismo regional, o incentivo à prática de ciclismo e defesa da utilização da bicicleta como meio de transporte.

Nas entrevistas, percebe-se que há um entendimento por parte das camponesas da necessidade de práticas mais radicais no sentido de regenerar os ambientes que foram destruídos pelo ser humano.

É preocupante o futuro ambiental se tu analisa hoje como as coisas estão mudando, a natureza está se cobrando e também eu acho que não é suficiente isso que estão fazendo e exigindo para o controle da natureza. Porque as pessoas precisam ter um pouco mais de consciência em relação à natureza (Adélia, 2023).

Em contraste, muitas das práticas disseminadas pelo MMC podem ser consideradas como maneiras de combater as mudanças climáticas, em especial, pode-se citar a forma de agricultura de base agroecológica. A agroecologia preconiza, por exemplo, manter cultivos e pastagens permanentes e não revolver o solo, assim como incentiva a sua cobertura para, dessa forma, fixar mais carbono (um dos GEE) no solo do que liberar para a atmosfera.

Na agroecologia, também são desenvolvidos sistemas alimentares mais resilientes. Ou seja, os alimentos produzidos são mais diversos, o que garante uma menor dependência de um único cultivar e dos consórcios, ou plantio de “plantas

amigas”, que criam ambientes menos sensíveis à escassez hídrica, a amplitudes térmicas e a demais efeitos das mudanças climáticas.

O MMC ainda faz a luta pela diminuição das desigualdades sociais, que não está presente nas metas para enfrentamento das mudanças climáticas, mas é a pequena fração dos mais ricos que gera um impacto ambiental mais significativo para as mudanças climáticas, apesar de possuir o poder de escolha para ter um consumo mais consciente que, muitas vezes, os mais pobres não têm.

#### **5.1.14 Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável**

Este objetivo não será discutido nesta pesquisa pelo fato de a área de estudo delimitada não conter espaços de costa. Ressalta-se, no entanto, que as iniciativas, tanto do MMC quanto dos próprios municípios, em prol do cuidado com os resíduos sólidos e demais setores do saneamento básico e com a contaminação das águas por produtos tóxicos, pode sim ter influência, direta ou indireta, na conservação dos mares.

#### **5.1.15 Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade**

Nas últimas décadas, o MMC desenvolveu diversas campanhas, como o “Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças”<sup>18</sup> e a “Campanha Nacional Sementes de Resistência”<sup>19</sup>, uma força-tarefa para criar bancos de sementes crioulas, ensinar sobre cuidados, melhoramento de sementes, promoção de trocas, entre outras ações.

Apesar de serem programas Nacionais ou internacionais, contaram com a participação das mulheres do Extremo Oeste catarinense, conforme comenta Veleda (2023): “Se não tivesse a pandemia, em 2021, era o ano da semente e cada cidade, em cada regional, já tinha decidido qual semente que ia cuidar em grande quantia e

---

<sup>18</sup> O “Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças” teve início nos anos 2000.

<sup>19</sup> A “Campanha Nacional Sementes de Resistência” teve início em 2020 e fez parte de uma mobilização internacional da Via Campesina.

eu já sabia que ia cuidar da semente de arroz. Assim, se cada uma cuidar, a gente iria conseguir ter mais também.”

Da mesma forma, o “Projeto Plantando Água” que visa, em especial, constituir matas ciliares, investir em infraestrutura de estradas para evitar erosão, preservação de água e manejo conservacionista do solo, promove ações diversas que corroboram para o cumprimento dessa meta.

Os dois últimos objetivos, "Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis" e "Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável", talvez por serem objetivos de nível mais global, não são identificados nas ações neste estudo de caso da região do Extremo Oeste catarinense.

## 5.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA ALÉM DOS ODS

A análise comparativa dos objetivos e metas da Agenda 2030 com as práticas desenvolvidas na região do Extremo Oeste catarinense pelas mulheres do MMC e pelos municípios, demonstra que existe uma preocupação com a maioria dos elementos que essa agenda apresenta. São programas, projetos, iniciativas, campanhas que apresentam alternativas para um modo de vida mais sustentável na região. Entretanto, a fala de Adélia (2023) talvez seja pertinente: “não é suficiente isso que estão fazendo e exigindo para o controle da natureza”.

Uma possibilidade para maximizar o impacto das contribuições praticadas, hoje, na referida região, seria promover espaços de trocas de boas práticas entre os municípios associados com participação do MMC. Assim, seria construída uma comunidade, uma coletividade para o desenvolvimento da região por um viés agroecológico.

O bem viver vai além do que é apresentado nos ODS, mais profundo no sentido de questionar o propósito de vida das pessoas e ao mesmo tempo muito mais simples em suas soluções. Conforme Acosta (2016), o bem viver é uma visão integral da vida humana, em harmonia com a natureza, considerando o bem-estar individual e da comunidade, valorizando e respeitando a diversidade. É um conceito em movimento que depende de uma constante construção coletiva e nesse

processo valoriza em especial as experiências de povos originários e comunidades tradicionais. Aponta também a existência de várias contradições e dificuldades em promover políticas públicas para o bem viver e provoca uma reflexão profunda sobre o propósito da vida dos seres humanos e sua relação com o meio ambiente e propõem a sonhar um futuro diferente e justo para todos.

Para Lang (2016) é necessário repensar o modelo de desenvolvimento que vem sendo fomentado no mundo todo, questiona sobre questões cruciais para a saúde do planeta e propõe que sejam pensados limites à exploração dos bens naturais, que muito mais do que recursos são parte de um ecossistema que vai além da raça humana. A autora cita o bem viver como forma de pensar soluções baseadas na natureza, considerando a ciclicidades dos elementos e também aborda a importância de uma nova perspectiva para as sociedades humanas no futuro.

Para Shiva e Mies (2021) o bem viver vai além da busca por qualidade de vida de forma individual, mas uma transformação na sociedade no sentido de promover um estilo de vida em harmonia com a natureza, justiça social e paz. As autoras ressaltam a relação das mulheres com a natureza, apontando para possíveis soluções baseadas em suas vivências e suas perspectivas sobre o mundo, a agroecologia como forma de produção de alimentos saudáveis, a democracia direta e a economia local como aspectos fundamentais a serem considerados para a construção de uma sociedade do bem viver.

As vivências e experiências das mulheres do MMC são exemplos de construção do bem, independente da conceituação apresentada. As mulheres através de uma organização e construção coletiva criam uma possibilidade diferente de agricultura, de economia e de sociedade. Enquanto Shiva e Mies (2021) apresentam o ecofeminismo para combater as mazelas da sociedade patriarcal e transformar a relação do ser humano com a natureza, o MMC cria a partir da ótica das camponesas sua própria definição de feminismo, o Feminismo Camponês e Popular. Apesar de considerarem processos diferentes, são feminismos com vários pontos de aproximação, por exemplo a agroecologia como forma de agricultura que cuida da terra e a valorização da dimensão espiritual e lúdica das místicas.

As concepções de Lang (2016), Acosta (2016) e Shiva e Mies (2021) de bem viver são muito semelhantes ao projeto de vida e sociedade que é elaborado pelo Movimento, desde a agricultura agroecológica, a economia local e solidária, o

Feminismo Camponês e Popular, o olhar cuidadoso sobre a vida. O MMC coloca em prática muito do que se conceitua sobre bem viver, o que possivelmente auxilia na sua expansão para abrir cada vez mais espaços na sociedade. O bem viver é muito mais próximo do que o MMC busca para a sociedade no futuro do que o de desenvolvimento presente nos ODS da ONU. Neste sentido, na perspectiva das entrevistadas, para existir um desenvolvimento sustentável seria necessário fazer mais, conforme já foi apresentado no capítulo 4.5. Infelizmente, a agroecologia e o MMC que tanto contribuem para a construção de um desenvolvimento sustentável, têm perdido força na região, o que, como consequência, diminui sua capacidade de transformação social. Diversas entrevistas falam sobre a diminuição da participação, a escassez de juventude organizada, o fim de coletivos de agroecologia. Isso é também uma perda para a região, visto que grande parte da contribuição para a Agenda 2030 e para um desenvolvimento sustentável que vá para além dessas 169 metas era fomentada por essas organizações.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a temática do desenvolvimento sustentável não chega a resultados exatos do que deve ser feito para transformar a realidade de forma a garantir mais qualidade de vida para mais pessoas, mas, com certeza, aponta direções. Percebe-se que é urgente buscar modos de vida que estabeleçam a conexão dos seres humanos com a terra e proporcionem uma vivência mais verdadeira e menos consumista. A simplicidade do modo de vida das camponesas inspira a criação de ambientes humanos mais leves, saudáveis, educativos e respeitosos.

A agroecologia se apresenta como uma necessidade frente aos desafios em relação às mudanças climáticas, sendo uma prática resiliente e que, para além de produzir alimentos saudáveis, regenera o ambiente. Algumas instituições como secretarias de agricultura, Epagri e Ameosc podem auxiliar nesse processo de disseminação dos conceitos e práticas da agroecologia, visto que realizam ações que poderiam ser consideradas práticas de transição para o modelo agroecológico de agricultura.

A coletividade é identificada como uma necessidade para o desenvolvimento sustentável na perspectiva das mulheres, a transformação que o MMC gera é uma rede em que a mulher é condutora de conhecimentos partilhados nos encontros, que são levados para a família e que, na maioria das vezes, também transferidos para a comunidade, pela forte participação social das militantes.

Para elas, a diminuição das desigualdades é elemento central para a sustentabilidade, sendo, muitas vezes, apontado que o sistema capitalista impede um desenvolvimento que seja mais baseado no ser do que no ter, o que demonstra a proximidade das suas visões com o bem-viver. Elas valorizam a troca, a doação, a partilha.

O Feminismo Camponês e Popular é uma construção muito valorosa do Movimento, com tantas discussões ao longo dos anos que deixaram os conceitos muito próximos da vivência das mulheres camponesas. Apesar de ser um dos elementos dolorosos da participação, o momento em que se tem contato com as discussões do Feminismo Camponês e Popular e percebem-se as violências e

opressões cotidianas, é necessário agir para construir uma realidade diferente, é por meio desse processo que as meninas terão um futuro mais equitativo.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, notou-se a necessidade de aprofundar temas que não foram possíveis neste momento, como a contribuição da educação do campo para o desenvolvimento rural sustentável, as iniciativas de turismo rural, inclusive pelas mulheres camponesas, como forma de difundir e agregar valor à produção agroecológica, desafios e contribuições da juventude camponesa na atualidade.

Por fim, pretende-se fazer uma devolutiva desta pesquisa às entrevistadas, ao Movimento e à região. Com este propósito será desenvolvida uma estratégia para comunicar ao Movimento e à região sobre as práticas existentes nela que contribuem para objetivos e metas da Agenda 2030, buscando inspirar trocas de experiências e a realização de cada vez mais ações como as que já são desenvolvidas. Talvez essa seja a maior contribuição desta pesquisa, mostrar que o caminho já está sendo traçado, valorizar as ações locais e divulgá-las para que possam inspirar ainda mais pessoas, municípios e comunidade a agirem juntos em prol do todo.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Elefante, 2019.

AMEOSC. **Aspectos institucionais**. [entre 2012 e 2024]. Disponível em: <https://ameosc.org.br/pagina-6882/>. Acesso em: 01 abr. 2024.

AMEOSC. **Ameosc realiza Seminário Plantando Água**. [2022]. Disponível em: <https://ameosc.org.br/noticia-747141/> Acesso em: 11 jan. 2024.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Revista nera, n. 16, p. 22-32, 2012.

PREFEITURA DE BANDEIRANTE. **IV seminário de solos**. [2018]. Disponível em: <https://bandeirante.sc.gov.br/noticia-484523/>. Acesso em: 14 mar. 2024.

BARRAGÁN, Margarida Aguinaga; LANG, Miriam; CHÁVEZ, Dunia Mokrani; SANTILLANA, Alejandra. Pensar a partir do Feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira. **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativistas e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em: 14 mar. 2024.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Alguns conceitos e princípios**. Brasília-2004, 2004.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. Tradução Claudia Sant'Anna Martins. 1 ed. São Paulo: Gaia, 2010.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros — Gestão 2017-2020**. Brasília: CNM, 2017.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA. **A Conferência Nacional de Cultura: Democracia e Direito a Cultura**. [2023]. Disponível em: <https://cnpcc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2022/08/Documento-Base-20-09.pdf> Acesso em: 14 mar. 2024.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Educação 2024-2034**: política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável. [2023]. Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conferencias/c/ona-e-2024/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

DALMOLIN, Gilmar Jose. Microbacias II – Um olhar sobre três projetos no Município de Descanso. **Revista Acta Ambiental Catarinense**, Chapecó, v. 7, n. 1/2, p. 23–52, 2010. Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/acta/article/view/1923>. Acesso em 20 mar. 2024.

DOS SANTOS, Geneci Ribeiro; MARQUES, Siomara Aparecida; LEANDRINI, Josimeire Aparecida. Sementes de uma economia camponesa, feminista e agroecológica presentes na prática dos quintais produtivos das mulheres camponesas do MMC/SC. **Revista Grifos**, [S. l.], v. 32, n. 60, p. 01-20, 2023. Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/7322>. Acesso em: 31 jan. 2024.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Iniciativa no Extremo Oeste de SC promove práticas agrícolas para controle da estiagem e da erosão do solo**. [2023]. Disponível em:

<https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2023/07/25/iniciativa-no-extremo-oeste-de-sc-promove-praticas-agricolas-para-controle-da-estiagem-e-da-erosao-do-solo-3/#:~:text=O%20projeto%20Plantando%20%C3%81gua%2C%20criado,e%20conserva%C3%A7%C3%A3o%20do%20solo%20e>. Acesso em: 12 jan. 2024.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Sabrina. **Se quiser mudar o mundo**: um guia político para quem se importa. São Paulo: Editora Planeta, 2020.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

GADELHA, Renata Rocha. **Recampesinização e Ressignificação do Campesinato**: histórias de vida no movimento de mulheres camponesas do Paraná (MMC/PR). 2017. 254 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, 2017.

GADELHA, Renata R.; RODRIGUES, Sandra M. R.; MARQUES, Siomara A.; ANDRIOLI, Antonio I. História das origens do Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (1981-2016). **Revista Ártemis**, [S. l.], v. 23, n. 1, 2017. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2017v23n1.35798. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/35798>. Acesso em: 7 abr. 2024.

GASPARETO, Sirlei. **Pedagogia da sementeira**: a construção de saberes pelo Movimento de Mulheres Camponesas no Programa de sementes crioulas. São Paulo: Dialogar, 2018.

GAZOLLA, Marcio; LOVATEL, Marlise. Novidades construídas no sistema de produção do leite orgânico na região Extremo Oeste de Santa Catarina. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 3, p. 1422–1446, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5520/552067996024/552067996024.pdf> Acesso em: 15 mar. 2024.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2001.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da natureza**: ética biocêntrica e políticas ambientais. Editora Elefante, 2020.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 18–28, jan/mar 2002.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA. **O que é o programa penso logo destino?** [entre 2020 e 2024] Disponível em: [https://www.ima.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1606:o-que-e-o-programa-penso-logo-destino&catid=121:penso-logo-destino](https://www.ima.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1606:o-que-e-o-programa-penso-logo-destino&catid=121:penso-logo-destino). Acesso em: 10 jan 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia da pesquisa científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANG, Miriam. Alternativas ao Desenvolvimento. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira. **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativistas e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

LOURENÇO, Daniel Braga. **Qual é o valor da natureza?** Uma introdução à ética ambiental. São Paulo: Elefante, 2019.

MOLLISON, Bill; SLAY, Reny Mia. **Introdução à permacultura**. Brasília: MA/SDR/PNFC, 1998.

MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE. **Escola CIEF realiza projeto de ação Sustentável em Iporã do Oeste através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. [2023/]. Disponível em: <https://iporadooeste.atende.net/cidadao/noticia/escola-cief-realiza-projeto-de-acao-sustentavel-em-ipora-do-oeste-atraves-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods/> Acesso em: 10 mar. 2024.

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. **Conselho de Desenvolvimento Municipal**. [2019]. Disponível em: <https://itapiranga.atende.net/cidadao/noticia/conselho-de-desenvolvimento-municipal-2> Acesso em: 16 mar. 2014.

MUNICÍPIO DE PRINCESA. **Meio Ambiente é tema de projeto desenvolvido por alunos da EEB Antenor Nascentes**. [2023]. Disponível em: <https://princesa.atende.net/cidadao/noticia/meio-ambiente-e-tema-de-projeto-desenvolvido-por-alunos-da-eeb-antenor-nascentes>. Acesso em: 13 mar. de 2024.

NEVES, Frederico Monteiro; BENINCÁ, Dirceu. **Extensão universitária popular e agroecologia no extremo sul da Bahia: campos para novas racionalidades e práticas libertadoras**. Experiência. Revista Científica de Extensão, v. 4, n. 2, p. 4-16, 2018.

OLIVEIRA, Erick Renan Xavier; DERETTI, Sandro; DULLIUS, Alexandre. **A Produção do Conhecimento sobre Sustentabilidade nos Municípios brasileiros – uma análise pelas dimensões de Ignacy Sachs**. Guarapuava: Ambiência, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. [2015]. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf> Acesso em: 14 mar. 2024.

PREFEITURA DE ANCHIETA. **Município de Anchieta recebe selo de reconhecimento pela mitigação de mudanças climáticas através da alimentação**. [entre 2020 e 2024]. Disponível em: <https://www.anchieta.sc.gov.br/municipio-de-anchieta-recebe-selo-de-reconhecimento-o-pela-mitigacao-de-mudancas-climaticas-atraves-da-alimentacao/>. Acesso em: 2 abr. 2024.

PREFEITURA DE BANDEIRANTE. **Secretaria de Agropecuária de Bandeirante adquire um rolo-faca**. [2021]. Disponível em: <https://bandeirante.sc.gov.br/noticia-691558/>. Acesso em: 14 mar. 2024.

PREFEITURA DE TUNÁPOLIS. **Feira da Troca de Brinquedos**. [2017]. Disponível em: <https://tunapolis.sc.gov.br/noticia-440671/>. Acesso em: 12 mai. 2024.

PRIMAVESI, Ana. **Manual do solo vivo: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

ROSENDO, Daniela. **Ética sensível ao cuidado: alcance e limites da filosofia ecofeminista de Warren**. 2012. 155 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SANTA CATARINA. Constituição do Estado de Santa Catarina. Assembleia Legislativa de Santa Catarina [2022]. Disponível em: [https://www.alesc.sc.gov.br/sites/default/files/CESC\\_2022\\_-\\_87\\_emds.pdf](https://www.alesc.sc.gov.br/sites/default/files/CESC_2022_-_87_emds.pdf). Acesso em: 15 de abril de 2024.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar nº 571, de 24 de maio de 2012**. Dispõe sobre a instituição das Regiões Metropolitanas do Extremo Oeste e do Contestado e altera a Lei Complementar nº 495 de 2010. Assembleia Legislativa de Santa Catarina [2012]. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2012/571\\_2012\\_Lei\\_complementar.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2012/571_2012_Lei_complementar.html). Acesso em: 14 de mar. 2024.

SANTA CATARINA. **Lei nº 17.833, de 18 de dezembro de 2019**. Altera o Anexo II da Lei n. 17.335, de 2017, que “Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para instituir a Semana Estadual dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Assembleia Legislativa de Santa Catarina [2019]. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2019/17833\\_2019\\_lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2019/17833_2019_lei.html). Acesso em: 14 de mar. 2024.

SANTOS, Geneci Ribeiro dos. **Quintais produtivos e o papel das mulheres camponesas para o fortalecimento da produção agroecológica**: um estudo das experiências desenvolvidas pelo Movimento de Mulheres Camponesas – MMC/SC. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável) — Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, 2021. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/5851>. Acesso em: 20 de set. 2023.

SÃO MIGUEL DO OESTE. **1ª Semana da Agricultura e Sustentabilidade ocorre de 17 a 22 de outubro**. [2022]. Disponível em: <https://www.saomiguel.sc.gov.br/noticias/1a-semana-da-agricultura-e-sustentabilidade-ocorre-de-17-a-22-de-outubro>. Acesso em: 12 mar. 2024.

SÃO MIGUEL DO OESTE. Município recebe R\$ 4,5 milhões para implantar usina de asfalto da Ameosc. [2018]. <https://www.saomiguel.sc.gov.br/noticias/municipio-recebe-r-45-milhoes-para-implantar-usina-de-asfalto-da-ameosc>. Acesso em: 16 mar. 2024

SCHNORRENBURGER, Neusa. **Olhares Ecofeministas no campo**: interfaces emancipatórias, de políticas públicas e legislações entre o movimento de mulheres camponesas de Três Cachoeiras - Rio Grande do Sul (Brasil) e a organização de mulheres Santa Marta de San Isidro – Manabí (equador). Tese (Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito – Mestrado e Doutorado). Santo Ângelo, 2023.

SHIVA, Vandana. Las mujeres en la naturaleza: la naturaleza como el principio femenino. *In*: ROMERO, Maria Joxé Agra. **Ecología y feminismo**. Granada: Ecorama, 1998.

YIN, Robert K. Pesquisa estudo de caso-desenho e métodos. Porto Alegre: Bookman, 1994.

## **Apêndice A — Roteiro de perguntas para militantes e integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas**

1. Nome, idade, escolaridade, local de residência, estado civil, filhos.
2. Você já fez algum curso ou formação no MMC ou fez graduação por ser participante do Movimento?
3. Fale um pouco da sua trajetória no MMC.
4. Sua relação com a sociedade e família se transformou após iniciar a sua participação no Movimento?
5. Quais são as práticas de cultivo e geração de renda que você adotou ou intensificou como mulher camponesa?
6. Qual é a área de cultivo destinada ao seu quintal produtivo?
7. De que forma são destinados os alimentos que você produz? Qual é o impacto dessa produção na alimentação da sua família e demais pessoas que os consomem?
8. Como você vê sua relação com a natureza, terra, água, com as plantas e animais?
9. O que seria para você uma prática de cuidado com o solo e com a água? Você teria exemplos práticos do seu cotidiano para citar?
10. Você é guardiã de sementes crioulas? Poderia falar sobre o que isso representa para você e quais as variedades que possui?
11. Qual é a sua forma de cuidar da saúde hoje? Existe alguma relação com o MMC nessas práticas?
12. De que forma você vê que o MMC transforma a sociedade?
13. O que é a agroecologia para você?
14. O que seria para você em uma sociedade desenvolvida? Como você definiria esse desenvolvimento?

## **Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFFS  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

### **Possíveis contribuições do Movimento de Mulheres Camponesas para o Desenvolvimento Sustentável: um estudo de caso no extremo oeste catarinense**

Prezada participante,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “Possíveis contribuições do Movimento de Mulheres Camponesas para o Desenvolvimento Sustentável: um estudo de caso no extremo oeste catarinense”. Desenvolvida por Deise Ingrid Schneiders, discente do Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Laranjeiras do Sul/Paraná, sob orientação do Professor Dra. Siomara Aparecida Marques.

O objetivo central da pesquisa é analisar como as práticas e políticas do Movimento de Mulheres Camponesas e de municípios pertencentes à Associação de Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina contribuem para o desenvolvimento sustentável da região, visando contribuir com apontamentos para novos modelos de desenvolvimento.

O convite a sua participação se deve a você fazer parte do Movimento das Mulheres Camponesas na região extremo oeste catarinense. O interesse de realizar a pesquisa sobre as ações implementadas pelo MMC e por meio de suas militantes se dá através da percepção de que estas contribuem significativamente para o desenvolvimento sustentável na região. Também se nota e se confirma através da literatura a contribuição das mulheres para uma mudança de paradigma do desenvolvimento da sociedade.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizada de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução desta pesquisa.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Identificado como principal risco seja no momento da entrevista em que as entrevistadas possam ter algum constrangimento ou mesmo dificuldade em responder alguma pergunta, faremos uma pausa no roteiro de entrevistas e conversaremos, explicaremos com outras palavras a questão e se ainda assim sentir dificuldade em responder, passaremos para a próxima questão sem forçar a entrevistada responder algo que ela não se sinta confortável. Outro fator de risco colocado nesse período para essa pesquisa, é a Pandemia do COVID-19, que sim é

um risco que será levado em consideração. Adotaremos rigorosamente as orientações amplamente divulgadas pelos órgãos oficiais de saúde (Ministério da Saúde e Organização Mundial de Saúde) e pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da UFFS. Para isto, todas as providências serão tomadas para evitar-se o contágio da COVID-19.

o primeiro contato com a participante, evitaremos aglomerações, faremos uma conversa com a pessoa a ser pesquisada apresentando o tema, objetivos e metodologia a ser utilizada por meio de reunião via mídia eletrônica (meet.google, webex, zoom, etc.).

Num segundo contato, também por reunião via mídia eletrônica, faremos uma leitura detalhada do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de acordo com as cláusulas exigidas, destacando a responsabilidade da pesquisadora no processo, os riscos envolvidos e o que se fará para minimizar esses riscos. Também se explicará como os dados serão registrados, se a participante permitirá ou não a utilização do gravador. A participante será convidada a realizar a pesquisa, individualmente, para diminuir os riscos de constrangimento às mesmas e de prevenção contra a COVID-19. As entrevistas serão feitas na casa dela, com uso de máscara, higienização das mãos e canetas, mantendo o distanciamento previsto pelas normas sanitárias, no espaço que as mesmas avaliarem ser mais adequado, ao ar livre.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-la será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista à pesquisadora do projeto. Será questionado sobre sua rotina e sobre as ações desenvolvidas no MMC. As informações serão coletadas nos locais de moradia, estudo e trabalho das/os entrevistados. A partir de sua autorização poderão ser registradas imagens por meio de fotografias para ilustrar a realidade pesquisada.

O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente 1 hora. A entrevista será gravada somente para a transcrição das informações e somente com a sua autorização.

Assinale a seguir conforme sua autorização:

Autorizo gravação  Não autorizo gravação

A pesquisa também utilizará arquivos fotográficos da pesquisadora com imagens da participante, mas somente com sua autorização.

Assinale a seguir conforme sua autorização:

Autorizo Uso Imagens  Autorizo Uso de Imagens

Na fase de sistematização dos dados da entrevista atribuiremos nomes fictícios à entrevistada para preservar seu anonimato.

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, físico ou digital, por um período de cinco anos.

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de dar visibilidade ao MMC e às possíveis contribuições do movimento para uma forma de desenvolvimento positivo da sociedade, todas as pessoas e ao meio ambiente, além de identificar elementos relacionados ao gênero das entrevistadas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a agenda 2030 proposta pela ONU. Os resultados da pesquisa também podem servir de argumento para reivindicar políticas públicas e ações do poder público quanto a valorização do MMC e das mulheres camponesas da região.

A participação na pesquisa poderá causar riscos tais como: risco de constrangimento durante a entrevista e risco de dano emocional. Todos esses riscos possíveis devem ser denunciados à professora orientadora ao Programa de Pós-Graduação para uma avaliação criteriosa dos encaminhamentos na aplicação das entrevistas junta à pesquisadora discente. A professora orientadora fará uma avaliação e reformulação do processo de aplicação das entrevistas no sentido de buscar novas estratégias para eliminar possíveis desconfortos às participantes da pesquisa.

Também existe o risco de perseguições de cunho ideológico e político, às entrevistadas ou ao MMC, por parte de instituições ou pessoas contrárias às alternativas ao desenvolvimento ou a Agenda 2030. Para isso, a identificação das entrevistadas só será realizada mediante autorização das mesmas e a divulgação da pesquisa completa será apresentada apenas após conferência das entrevistadas e de representantes do MMC.

Caso sejam identificados ataques realizados por mídias e redes sociais que venham prejudicar a imagem do movimento ou das mulheres camponesas aos envolvidos na coleta de dados a partir das informações trazidas para a pesquisa, os mesmos serão informados imediatamente para serem tomadas medidas de esclarecimentos ao público em geral.

Outro risco identificado é em relação às entrevistas e armazenamento de dados em meios digitais, aos quais não é possível garantir total confidencialidade. Este risco será informado às entrevistadas e que todas as medidas cabíveis para não disponibilização das informações para terceiros serão tomadas, apesar disso, existem limitações técnicas dos meios digitais que podem acarretar riscos. Para evitar o acesso as informações por pessoas não autorizadas, os documentos serão salvos em equipamentos e excluídos de nuvens e outros dispositivos vinculados a internet.

Caso qualquer risco venha a se concretizar o programa de pós-graduação, a professora orientadora e o movimento de mulheres camponesas serão imediatamente informados.

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação!

CAAE: 67220122.0.0000.5564

Número do Parecer de aprovação no CEP/UFFS:

Data de Aprovação:

---

Deise Ingrid Schneiders - Pesquisadora Responsável

Tel: 41 99169 7888

E-mail: deise.schneiders@gmail.com

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS, BR 158 – Km 405, s/n – Zona Rural, Laranjeiras do Sul – Brasil. CEP 85301970.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS: Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745

E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br

[http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2710&Itemid=1101&site=proppg](http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2710&Itemid=1101&site=proppg)

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil)

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante:

---

Assinatura:

---